



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**ADEMAR VIDAL E A PRODUÇÃO DE UMA PARAIBANIDADE
CULTURAL A PARTIR DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS (1941-1949)**

MARIA JOEDNA RODRIGUES MARQUES

CAJAZEIRAS – PB

2019

MARIA JOEDNA RODRIGUES MARQUES

**ADEMAR VIDAL E A PRODUÇÃO DE UMA PARAIBANIDADE
CULTURAL A PARTIR DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS (1941-1949)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS – PB

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-046
Cajazeiras - Paraíba

M357a Marques, Maria Joedna Rodrigues.
Ademar Vidal e a produção de uma paraibanidade cultural a partir dos estudos folclóricos (1941-1949) / Maria Joedna Rodrigues Marques. - Cajazeiras, 2019.
91f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2019.

1. Folclore paraibano. 2. Ademar Vidal - intelectual. 3. Folclore brasileiro. 4. Movimento Folclórico Brasileiro. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 398(081.3)

MARIA JOEDNA RODRIGUES MARQUES

ADEMAR VIDAL E A PRODUÇÃO DE UMA PARAIBANIDADE CULTURAL
A PARTIR DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS (1941-1949)

APROVADO EM: 11 / 12 / 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

FFSalesNeto

Dr. Francisco Firmino Sales Neto
(Orientador – UFCG/CFP)

Laércio Teodoro da Silva

Dr. Laércio Teodoro da Silva
(Membro interno – UFCG/CFP)

Maria Thaize dos Ramos Lira

Ma. Maria Thaize dos Ramos Lira
(Membro externo – CNSL)

Dra. Maria Lucinete Fortunato
(Examinadora suplente – UFCG/CPF)

CAJAZEIRAS - PB

2019

Dedico aos meus pais, José Marques Lopes e Josefa Rodrigues Marques e meu irmão Emanuel Rodrigues Marques. Tenho a honra de tê-los em minha vida, meus exemplos de humanidade, força e generosidade.

AGRADECIMENTOS

Como pensei e repensei nas linhas que estão delineadas neste espaço, rememorei momentos, nomes, fases e momentos. Ultimamente, percebi como sou uma pessoa diferente daquela que adentrou à faculdade em 2015. A menina que saía de casa pela primeira vez, já não é a que escreve estas palavras.

Tenho tantos momentos gravados, tantos encontros, descobertas, lágrimas, eventos (risos), enfim, foram muitas experiências vividas e sentidas nesses cinco anos de graduação. Não posso deixar de lado as pessoas que fizeram parte e contribuíram nessas múltiplas fases. Agradecer é uma forma de reconhecer que não fazemos nada sozinhos, somos conjuntos de trajetórias, escolhas e contextos. Até a escrita que, aparentemente, tece-se em um isolamento particular, também é fruto de vivências, pesquisas e sujeitos.

Agradeço ao Ser superior, o universo ou qualquer que seja essa fonte de força e luz que permeia a minha caminhada!

À História, que me ensinou a respeitar os sujeitos e suas múltiplas vivências, a enxergar com sensibilidade trajetórias e histórias. Cotidianamente me permite uma construção e desconstrução pessoal!

Às famílias Rodrigues e Marques, que são minha base! Em especial, aos que me fizeram forte para trilhar em busca dos meus sonhos! Obrigada mãe, Josefa Rodrigues Marques, por me ensinar a ser forte, a lutar, e a valorizar a simplicidade e as belezas da vida! Meu irmão Emanuel Rodrigues Marques, generoso e amoroso, obrigada pelos momentos felizes, gargalhadas e conversas. Ao meu pai, José Marques Lopes, a melhor pessoa que já conheci, me ensinou desde cedo que os sacrifícios também são provas de amor, o seu sacrifício me proporcionou chegar até aqui. Obrigada “painha” por acreditar nos meus sonhos, me segurar nos momentos difíceis e por ser meu porto seguro! Este trabalho não seria possível sem tê-los ao meu lado.

Ao novo amor da minha vida, meu filho de quatro patas: Téo. Apenas aqueles que partilham desse amor canino entendem o quanto esses seres são especiais e têm a capacidade de mudar o nosso dia a dia.

Aos meus padrinhos: Raimunda, Arnaldo, Josefa e Luiz.

Aos amigos de longas datas, pacientes e carregados de ternura, Larissa Moura, Laís Moura, Alice Vital, Edmósio Vital, Josineide Silva, Micaela Anísio, Alana Moura, Ariadna Franco, Daniela Rodrigues, Cristina Souza, Wanderson (*in memoriam*), Ivonete Sabino, Milena Nicolau e Manoel Duvirgens.

Às longas madrugadas na residência feminina (RUF), que foi lar, e à Cajazeiras, que me acolheu. Em especial às meninas que fizeram parte das histórias do quarto 15, à Josefa Pereira que me abrigou, Mikaela Targino, Mismana Morais, Rachel, Valéria Alves, Raquel Rocha, Nadiana Barreto e Viviane Fernandes. Também agradeço à Maria das Graças, responsável por longas conversas regadas com muito café. Foi um prazer compartilhar risadas, sonhos, discussões, lágrimas e conselhos com vocês!

Aos amigos de curso, fontes de inspiração. Obrigada queridos(as) pelas longas conversas marcadas por muitas risadas e aprendizados. Maria Júlia, Gabriela, Anália, Ana Maria, Katiana Alencar, José Rodrigues Filho, Suzyanne, Marleide Carlos, Jaine, Emilayne, Natália, Risoneide, Thiago Farias, Danilo, Lilian, Luziene, Ramon e Jucicleide. Em especial, agradeço aos colegas e amigos: Amanda Rodrigues, sempre doce e gentil, compartilhei meus sonhos e esperanças com você, te levarei sempre em meu coração; Samuel Fernandes, obrigada pelos momentos engraçados após as aulas e as conversas espirituosas. Sirineu, querido amigo que sempre me ouviu e aconselhou, obrigada Siri, meu velhinho.

Amanayara, como descrever a nossa amizade? Um/a amigo/a é um abrigo que sempre está disposto, carregado por ternura e um amor fraternal. Amiga, você é uma irmã, um dos presentes do CFP. Entre todas as pessoas você foi meu abrigo e porto seguro. Obrigada por fazer parte da minha vida! Independente da distância ou do tempo, a nossa amizade é eterna. Sempre terá um lugar especial em minhas lembranças e no meu coração. Obrigada minha Chin por ser tu, apoio, aconchego e lar!

Larissa Bezerra, minha pernambucana favorita, te reencontrar nessa versão foi uma dádiva, agradeço as longas (risos) conversas, o apoio, o carinho, os abraços carregados de ternura, principalmente as indagações, você sempre perguntava aquilo que eu precisava reafirmar dentro de mim. Obrigada por tu seres tu, luz e esperança!

Maiza Ribeiro, obrigada por sempre me ouvir, me apoiar e pelos conselhos. Ensinou-me a ter mais atenção comigo, a sorrir mais e viver de forma leve. Nossas conversas foram regadas por muitos risos, sonhos, algumas lágrimas e muita esperança. Reciprocidade é a nossa palavra, obrigada pela amizade! Sempre terá um ombro amigo, minha querida!

Aos professores, que serão sempre exemplos e foram fundamentais na minha formação, aos que encontrei no ensino básico e superior. Ana Elídea, Franciana, Joelma, Adenildo, Francerly, Diomedes Torlentino, Jailma Eduardo (in memoriam) e José Carlos (Carlão). Meu querido professor de Matemática, Raimundo Alencar, exemplo de professor e pessoa, incentivador e amigo! Em especial agradeço à Lucinete Fortunato, Rosilene Mello,

Rosemere Olímpio, Ana Rita Uhle, Isamarc Lôbo, Geraldo, Ane Cristine, Viviane Ceballos e Rodrigo Ceballos.

Ao PIBID, que me possibilitou o primeiro contato com a sala de aula, certeza profissional e, acima de tudo, o amor ao ensino. Aos que fizeram parte dessa trajetória, Rosemere Olímpio, Ana Rita Uhle e Israel Souza, coordenadores de subprojeto; Jefferson Aquino, supervisor, e os colegas bolsistas que acreditaram e fizeram desse programa um espaço de vivências, encontros, risadas, planejamentos, oficinas, aprendizados e desafios.

Ao PIBIC, que me fez perceber que a História é possível de várias formas! Possibilitou meu primeiro contato com a pesquisa, me permitindo também escrever História. Proporcionando belas vivências, risadas e sonhos que marcaram o ambiente 07.

Ao GEPCCH e suas reuniões, que fantasticamente renovam as energias, por serem um espaço de compartilhar, somar e multiplicar sabedoria, vivências, caminhos e sonhos.

À Rosilene e Rodrigo que compartilharam comigo suas pesquisas, foram generosos e atenciosos. Obrigada pela oportunidade de perceber novas histórias, novos olhares e seus agentes.

Ao Ewerton Wirlley, amigo de pesquisa, companheiro de aventuras, caminhadas em Caicó e correrias em Natal. Compartilhamos tantas vivências, você sempre doce e gentil. Sua amizade veio carregada por muita luz. Meu caro menino pernambucano, sempre que precisar, seja para escutar boas músicas, compartilhar segredos na laje da residência ou um abraço carregado de afeto, conta comigo. Obrigada Wirlley, pela generosidade, apoio e incentivo!

Aos funcionários do CFP, em particular, Dona Neném, Marcos, Gilberto, André, Joaquim e Jucileide. À Graziela (Grazi), que sempre me recepcionou com muita luz, me inspirando a ser uma pessoa melhor, obrigada pelo apoio, obrigada pela luz emanada!

Algumas pessoas estendem as mãos e nos possibilitam ter outras perspectivas, necessitamos de pessoas que acreditam e fazem do mundo um lugar melhor. Francisco Firmino Sales Neto foi o meu orientador de pesquisa no projeto PIBIC e meu professor de Metodologia Científica, porém, sua maior contribuição na minha trajetória foi no âmbito pessoal. Agradeço ao amigo, ao bom ouvinte, a calma em momentos de aflição, ao incentivo, ao mostrar que a História é repleta de possibilidades, que necessitamos de humanidade e sensibilidade. Agradeço esse lindo encontro, os momentos de partilha, as conversas, por se mostrar presente até mesmo no outro lado do oceano, obrigada por inspirar a pesquisadora, a discente e por ser esse exemplo de humanidade.

Ao Prof. Dr. Laércio Teodoro, coorientador, que tão gentilmente aceitou fazer parte dessa caminhada. Obrigada por me presentear com belas inspirações, a admiração e carinho perdurarão, obrigada por este belo encontro!

À Profa Ma. Thaize Ramos, obrigada por aceitar contribuir com o nosso trabalho, pela generosidade e partilha de saberes.

À Profa Dra. Maria Lucinete Fortunato, que ao longo das disciplinas de Projeto de Pesquisa contribuiu e incentivou esta pesquisa. Grata pelos ensinamentos, a partilha de suas experiências e sabedoria.

Jussier Dantas, um amigo querido, pela colaboração com a minha pesquisa, pela confiança e conversas. Obrigada, gentil amigo, pela generosidade!

À família Vidal, que tão bem me recepcionou nesta pesquisa! Ao Gilberto Vidal pela atenção, apoio e incentivo. Respondendo meus *e-mails*, passando informações e fontes. Obrigada por fazer parte e acreditar neste trabalho!

Maria Nilza, pela generosidade em compartilhar comigo sua pesquisa, sempre gentil e acolhedora. As suas palavras foram em muitos momentos fonte de esperança e inspiração. Obrigada!

Às instituições que abriram suas portas para uma pesquisadora aprendiz, proporcionaram encontros afetuosos, carregados de sorrisos, incentivos e boas conversas. IHGP, em especial Maria do Socorro, Guilherme Ávila; o setor de arquivo do jornal *A União*, foi um prazer conhecê-los, agradeço o apoio e, em particular, agradeço Ana Flôr pela gentileza e disponibilidade; atribuo agradecimentos ao Arquivo Eclesiástico da Paraíba e à Academia Paraibana de Letras; elenco em singularidade a contribuição através das fontes acessadas no Ludovicus, as cartas que evidenciaram trajetos, incumbidas de confiança, projetos e amizade, entre Ademar Vidal e Luís da Câmara Cascudo, obrigada pela gentileza e simpatia Daliana Cascudo!

Não posso finalizar esses agradecimentos sem mencionar os sujeitos e o contexto histórico que foram fundamentais nessa minha formação. Desta forma, agradeço imensamente ao governo que atuou durante 12 anos da minha vida, aos programas de incentivo à Educação e de apoio social que auxiliaram a minha família e tantas outras. Obrigada Presidente Lula pelo investimento, por expandir possibilidades, resultando em sonhos, em um país no qual se ensina que “sonhar não é para todos(as)”; à presidenta Dilma que se manteve de pé apesar das torturas do passado e do presente, do machismo, do golpe e do discurso de ódio.

Aos companheiros de caminhada! Aos que acreditam e fazem do mundo a humanidade! Aos que lutam pela Educação! Sejamos força, resistência!

*...porque pesquisar é também um ato
autobiográfico.
(Sergio Vilas Boas, 2008)*

RESUMO

Esta pesquisa problematiza a atuação e a produção do folclorista Ademar Vidal, a partir do seu contato com o Movimento Folclórico Brasileiro, na primeira metade do século XX, que reuniu diversos intelectuais preocupados em sistematizar os estudos folclóricos e em elaborar uma identidade local e nacional. Pretendemos abordar a elaboração de uma identidade cultural paraibana na obra do folclorista Ademar Vidal, entre 1941 e 1949. O recorte temporal foi pautado no direcionamento temático da sua produção aos estudos culturais, assim como na sua participação na Sociedade Brasileira de Folclore e na fundação e presidência da congênere Sociedade Paraibana de Folclore. Desta forma, para uma compreensão da produção e atuação desses grupos, utilizamos como fontes uma revisão bibliográfica sobre o Movimento e a obra folclórica vidaliana, além de correspondências trocadas com Luís da Câmara Cascudo, tratando de sua produção folclórica/cultural. Para isto, no viés metodológico, partimos da análise de discurso com Michel Foucault (1996). As discussões historiográficas pautaram-se na perspectiva da História Cultural com Peter Burke (2005). Conceitualmente, discutimos acerca do intelectual com Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) e Sirinelli (2003); da cultura popular com Martha Abreu (2003); da identidade a partir de Stuart Hall (2006); e do folclore com Albuquerque Júnior (2013).

Palavras-chave: Ademar Vidal. Intelectual. Folclore. Identidade. Paraíba.

ABSTRACT

This research aims to problematize the performance and production of folklorist Ademar Vidal, from his contact with the Brazilian Folkloric Movement, in the first half of the twentieth century, which brought together several intellectuals concerned with systematizing folk studies and the elaboration of a local identity as well as a national identity. Thus, we intend to approach the elaboration of paraiban cultural identity in the work of folklorist Ademar Vidal, between 1941 and 1949. Time clipping is based on the thematic direction of its production to cultural studies, as well as participation in the Brazilian Folklore Society, in the founding and presidency of the Paraiban Folklore Society. Thus, for an understanding of the production and performance of these groups, we use the sources the bibliographical revision about the Movement and the Vidalian folklore, as well as changed correspondences with Luis da Camera Cascudo about its folklore/cultural production. For this, in the methodological view, we start from the discourse analysis with Michel Foucault (1996). Historiographic discussions are based on the perspective of Cultural History with Peter Burke (2005). Conceptually, we discuss about the intellectual with Angela de Castro Gomes and Patrícia Santos Hansen (2016) and Sirinelli (2003); popular culture with Martha Abreu (2003); identity from Stuart Hall (2006); and folklore with Albuquerque Junior (2013).

Keywords: Ademar Vidal. Intellectual. Folklore. Identity. Paraiba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia de Ademar Vidal em seu gabinete (s.d.)	15
Figura 2: Em pé, da esquerda para a direita: Cícero Dias, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Ademar Vidal; sentados, da esquerda para a direita: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Antonio Bento (1933)	50
Figuras 3 e 4: Vendedor de corda – Tambaú / Pescador em posso (s.d.)	55
Figura 5: Engenho de Outeiro: uma carga de caçuás entre dois vaqueiros (1915).....	55
Figura 6: Vida sertaneja: o vaqueiro e o pastoreio (s.d.).....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNF – Comissão Nacional de Folclore
HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
I CBF – I Congresso Brasileiro de Folclore
ICC – *Ludovicus* – Instituto Câmara Cascudo
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
MFB – Movimento Folclórico Brasileiro
MRE – Ministério das Relações Exteriores
SBF – Sociedade Brasileira de Folclore
SPF – Sociedade Paraibana de Folclore
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – CONTEXTUALIZANDO TRAJETOS	15
CAPÍTULO I - NOS ENREDOS DE VIVÊNCIAS: CONSTRUÇÕES DE AFETIVIDADES E INTELECTUALIDADE	27
1.1 Trajetos e Vivências: Breves Considerações	30
1.2 O “Tributo” ao Pai: Ademar Vidal Segundo Alice Vidal	33
1.3 A Construção do Intelectual: Entre a Efervescência Política e Instituições de Sociabilidades.....	36
CAPÍTULO II - ATUAÇÃO VIDALIANA E O CENÁRIO DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS NA DÉCADA DE 1940	43
2.1 O Folclorista em Trocas Epistolares e a Instantânea Sociedade Paraibana de Folclore	49
2.2 A “Ciência do Povo” e a Sistematização de Saberes a Partir da Sociedade Brasileira de Folclore	58
2.2.1 “O fotógrafo da cultura”: o Estatuto de 1942 e as diretrizes metodológicas da SBF.....	63
CAPÍTULO III – A ESCRITA DE UMA PARAIBANIDADE CULTURAL	67
3.1 “Lendas e Superstições”: uma Coletânea Folclórica.....	73
3.1.1 Capítulo I - Mitos do litoral.....	76
3.1.2 Capítulo II - Fantasias da várzea e do brejo	78
3.1.3 Capítulo III - Lendas do sertão.....	80
3.2 Espaços Culturais e Cenários Identitários	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
FONTES	87
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO – CONTEXTUALIZANDO TRAJETOS

Figura 1: Fotografia de Ademar Vidal em seu gabinete (s.d.)



Fonte: VIDAL (2010, p. 25).

O ambiente retratado na fotografia era o “pedacinho do céu”. Ao menos, foi assim intitulado por Alice Vidal o gabinete do pai, Ademar Vidal, o sujeito rodeado por estantes carregadas de livros. Podemos observar na figura 1 diversos materiais espalhados. A desordem sugere uma contínua movimentação, o mexer constante nos arquivos. Ao lado da poltrona, pastas empilhadas com inéditos. Ao centro da foto nos deparamos com um indivíduo com trajes formais, evitando o contato direto com quem está fotografando-o, quase como se quisesse fazer parte da paisagem registrada, algo natural e, ao mesmo tempo, o centro desse cenário. A intenção de naturalizar essa cena demonstra um perfil, o intelectual. A intenção da foto está em retratar um sujeito em seu hábitat, o intelectual em seu espaço de produção, local no qual essa face parece “frutificar”.

Essa autoria se revelava no isolamento de seu gabinete, reservado ao homem público, o procurador e escritor. A máquina de escrever era sua companheira de horas. A datilografia, efetuada em alta velocidade por apenas dois dedos, ecoava, permitindo saber que naquele momento era inadmissível a interrupção. Em decorrência dessa rotina noturna, tomava o café da manhã por volta das dez horas, mantendo o costume de comer a macaxeira, que tanto lembrava a Paraíba, distante fisicamente desde 1944, quando se mudou com a família para o Rio de Janeiro-RJ. Uma característica pessoal destacava-se até mesmo à mesa, o rigor, já que todos(as) deveriam estar com camisas de manga. Ainda, mantinha o hábito de corrigir os

filhos ao utilizarem um vocabulário diferente daquele ensinado e que reafirmava um pertencimento. Desta forma, “aipim” e “abóbora” não deveriam ser pronunciadas para substituir os termos macaxeira e jerimum. Se isso ocorresse o mesmo questionava se haviam esquecido as “raízes” (VIDAL, 2010).

Os hábitos destacados pertenceram, segundo sua filha, ao sujeito Ademar Victor de Menezes Vidal. Nascido na cidade da Parahyba, em 07 de outubro de 1897, pertencente à elite paraibana, vinculada ao ramo jornalístico. Em um trajeto comum aos filhos da elite da época, cursou Direito pela Faculdade de Recife e fez carreira na área jurídica, produzindo alguns trabalhos nesta área. Em decorrência do trabalho, mudou-se para o Rio de Janeiro-RJ em 1944. Na Paraíba, atuou em vários cargos vinculados aos governos do estado. Era casado com Maria do Céu Lins Vidal, filha de um senhor de engenho e prima de José Lins do Rego, com quem teve cinco filhos, entre eles Alice Vidal, que escreveu um livro memorialístico sobre o pai, no qual relata os hábitos narrados anteriormente.

Além do percurso político, construiu-se no cenário intelectual e literário. Produziu livros de âmbito memorialista, discussões políticas, sociais e culturais, destacando-se como elementos fundamentais de sua obra: o contexto político nacional, a Paraíba, “Revolução de 1930”, João Pessoa, além de relatos pautados nas viagens internacionais realizadas. Atuou em diversos ciclos de debates, fazendo parte de grupos e redes que discutiam novos percursos para a produção literária artística brasileira, principalmente, entre as décadas de 1920 e 1950.

Meu “encontro” com o paraibano e com a Paraíba narrada por este como possibilidade de pesquisa, partiu de indagações pessoais e acadêmicas. Pessoalmente, os discursos verbais e imagéticos acerca da Paraíba incomodavam-me, principalmente, no âmbito midiático que destaca, na maioria das vezes, o cenário da seca como uma condição natural e exclusiva da região, bem como a dimensão política herdada e construída na década de 1930, e poucas dimensões culturais centralizadas em alguns lugares ou épocas do ano. Esses discursos estão vinculados às narrativas historiográficas da Paraíba, porém as múltiplas Paraibas necessitam de novas narrações. Desta forma, minha primeira indagação partiu da busca de entender “o que um paraibano escreve sobre a Paraíba?”

As primeiras reflexões acadêmicas foram alicerçadas através da participação como voluntária na pesquisa intitulada “Folclore em Movimento: a Sociedade Brasileira de Folclore e o processo de institucionalização dos estudos folclóricos no Brasil (1941-1963)”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob a orientação do professor Francisco Firmino Sales Neto. Tinha como objetivo analisar esta instituição que

pretendia sistematizar e organizar os estudos folclóricos, possuindo vários membros nacionais e internacionais.

A temática desenvolvida no PIBIC, as leituras realizadas e algumas produções do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em destaque *A Feira dos Mitos* (2013), possibilitaram indagações sobre o Nordeste e suas identidades, além do discurso do folclorista como um sujeito elaborador dessas categorias. Conversando com o professor Sales Neto sobre meus interesses e indagações, o mesmo orientou-me a fazer um levantamento bibliográfico sobre alguns escritores que trabalharam na perspectiva regional e indicou Ademar Vidal, que dedicou sua obra aos estudos culturais a partir da década de 1940. Diante da proposta de discutir conceitos e escritos voltados para a cultura e o folclore, a indicação tornou-se o caminho escolhido para esta produção.

Diante das possibilidades de pesquisa a partir desse sujeito e sua obra, elencamos estudar a elaboração de uma “paraibanidade cultural a partir de sua produção folclórica entre 1941 e 1949”. Tendo em vista a expansão dos estudos folclóricos na primeira metade do século XX, o recorte temporal parte da atuação desse paraibano na Sociedade Brasileira de Folclore (SBF), que pretendia organizar e orientar os estudos folclóricos. Como proposta para o cenário paraibano, Ademar Vidal fundou e presidiu uma sociedade congênere: a Sociedade Paraibana de Folclore (1941-1944).

Assim, pretendemos problematizar como a produção vidaliana construiu uma Paraíba e como significou esse espaço segundo seus sujeitos e manifestações culturais, a partir da sua atuação no Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) da década de 1940, resultando na elaboração de um discurso identitário local. Partimos dos seguintes questionamentos: o que é a Paraíba na obra vidaliana? Como o MFB contribuiu para a produção de uma identidade paraibana?

Iniciando as pesquisas, algumas produções foram localizadas acerca do paraibano. Em sua maioria são narrativas biográficas, destacando-se o livro de caráter memorialístico *Ademar Vidal: para não esquecer* (2010), de autoria de sua filha Alice Vidal. Pautado nas lembranças dos filhos, em particular da autora, sem uma sequência cronológica. Tal publicação se caracteriza enquanto uma homenagem ao pai, relatando diversas vivências que mesclam o homem público e o privado. Como sugere o título do livro, é uma tentativa de “reviver” a memória do pai, principalmente no cenário paraibano.

As demais produções caracterizaram-se por abordar eventos cronológicos, evidenciando principalmente as vivências públicas desse sujeito. São escritos importantes,

pois permitem entender de forma objetiva e lógica trajetos políticos, intelectuais e literários, além de dados e informações biográficas. Todas as produções destacadas são vinculadas ao Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), visto que os autores são membros dessa instituição, assim como foi Ademar Vidal. Entre essas, podemos citar: *Ademar Vidal: súmula bio-bliográfica* (1999), de Adauto Ramos; *Ademar Vidal: diversidade, erudição e “entusiasmo” nos seus inéditos* (s/d), da autoria do historiador José Octávio de Arruda Mello; *Ademar Vidal e Raul Goes: personagens da História da Paraíba* (1996), de Itapuan Bôto Targino.

Nessa série de narrativas sobre Ademar Vidal, outra produção que auxilia nessa discussão é a tese de doutorado de Maria Nilza Barbosa Rosa, intitulada *Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal* (2006), que teve como temática principal a cultura popular na obra vidaliana. Ela apresenta diversos aspectos, trajetos, sociabilidades, informações e caracterizações de sua produção. Atualmente é o único estudo acadêmico mais amplo (tese) sobre o paraibano. Por isso, torna-se uma obra importante como referência e fonte para compreendermos diversos elementos acerca do sujeito, o contexto de sua atuação e produção, além de ter como enfoque os estudos culturais nos escritos vidalianos.

Diante das lacunas de produções historiográficas sobre a trajetória intelectual e acerca da obra folclórica vidaliana, nossa pesquisa justifica-se pelo fato de que esse discurso vidaliano também contribuiu para o que seria a identidade cultural paraibana, alicerçada nas pesquisas folclóricas realizadas com o apoio e a colaboração de outros sujeitos de diversas localidades do estado.

Em um viés teórico, partimos da História Cultural, que apreende os sujeitos e suas vivências, possibilitando uma nova perspectiva na forma de perceber e destacar suas ações e as marcas deixadas. Isso resulta em uma renovação na produção historiográfica, no tratar as fontes e na percepção sobre elas. Como apresenta Peter Burke, em *O que é História Cultural* (2005), esse campo tem a proposta de voltar os olhares historiográficos para o cotidiano, simbologias, formas de significações e significados atribuídos às ações humanas. Assim, “O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações.” (BURKE, 2005, p. 10). A História Cultural abriu portas para novas dimensões teóricas, percepções sobre o real e o cotidiano. Utilizamos desse campo para refletir sobre características da obra vidaliana nesse cenário cultural, assim como seus elementos compositores e alguns trajetos que possibilitaram sua produção.

Nesses termos, para a compreensão dos elementos que singularizaram, permitiram e autorizaram a elaboração de um discurso vidaliano, partimos do seu posicionamento e elaboração enquanto *intellectual*. Segundo Sirinelli (2003, p. 235), o intelectual é um “ator do político”, um agente que desempenha uma atuação social em um espaço privilegiado, pertencente primariamente a uma elite simbólica, portadora de uma credibilidade pela bagagem cultural acumulada. São ainda sujeitos de fala, representantes de ideologias e discursos dominantes. Por isso, frequentemente, estão vinculados a instituições ou cenários políticos. Como destacaram Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016, p. 10), os intelectuais são produtores “[...] de conhecimentos e comunicação de ideias [...]”. Em decorrência dessas performances de comunicação, divulgação e reconhecimento, esses sujeitos atuam a partir de *sociabilidades*. Essa se pauta na organização de um grupo intelectual em “[...] torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Esses grupos passam a formular “redes” que estruturam suas relações sociais, a partir de projetos, cenários e espaços de atuações.

Podemos perceber esses elementos na circularidade de espaços ocupados por Ademar Vidal, com destaque no cenário paraibano na presidência do Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), entre 1941 e 1944. Nesse período uma vasta produção vidaliana foi publicada, além de sua atuação em cargos vinculados a governos paraibanos, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930. A sua presença na imprensa paraibana também foi um elemento de divulgação do escritor, conquistando espaço nos jornais locais e outros periódicos, com destaque para o *Diário de Pernambuco* (PE) e o *O Jornal* (RJ).

Essas múltiplas atuações envolveram o contato com outros sujeitos desse cenário intelectual, como Antônio Bento de Araújo Lima e Mário Pedrosa, bem como elos entre Ademar Vidal e Mário de Andrade em sua visita à Paraíba durante a viagem do escritor paulista ao Nordeste, tornando-o um correspondente de cartas. Nessas interações intelectuais, destacamos também a relação com Câmara Cascudo, colaborador e incentivador dos estudos culturais¹ vidalianos. Sobre este âmbito de produção, a década de 1940 marcou o direcionamento da sua obra ao viés cultural e social, voltando-se aos estudos da cultura popular paraibana. Assim, Vidal participou dos movimentos literários, das expedições folclóricas e dos principais congressos intelectuais da sua época, gerando uma alta repercussão da sua obra.

¹ Essas relações serão abordadas ao longo do Capítulo II.

O Movimento Folclórico Brasileiro foi fundamental para a elaboração de uma produção cultural, enaltecendo elementos representativos paraibanos e as singularidades capazes de compor uma identidade. Por isso, este campo foi além da elaboração de produções locais sobre as práticas e marcas culturais, sendo também alvo de disputas de grupos de intelectuais que pretendiam construir uma identidade local e, principalmente, nacional, através desses estudos.

O movimento tratou-se de uma mobilização, nos anos 1940, de grupos intelectuais em torno de um discurso folclórico como ferramenta de elaboração de uma brasilidade. Para isto, a cultura popular foi pensada como meio para alcançar as raízes de uma identidade nacional, tida como dotada de manifestações tradicionais que preservavam uma essência primária. Desta forma, intelectuais reuniram-se para a elaboração de um movimento que pretendeu realizar estudos folclóricos, tomando para o folclorista a missão de guardiões de uma nacionalidade.

Essa atuação fora instaurada mais fortemente a partir da criação de uma instituição que previa as ações em torno do folclore, sendo essa a Comissão Nacional de Folclore (CNF), criada em 1947 e desmantelada na década de 1960, com a Ditadura civil-militar. A partir de sua inauguração diversas mobilizações passaram a ocorrer, como congressos e campanhas. É válido ressaltar que, embora a CNF seja um marco no MFB, outros grupos intelectuais e instituições faziam articulações sobre os estudos folclóricos, como a Sociedade Brasileira de Folclore, criada em 1941.

Ainda, como aponta Vilhena (1997, p. 1):

Nessas reuniões, além dos debates intelectuais em torno do tema de estudo comum a seus participantes, foram dirigidos apelos em favor da defesa de nossas manifestações folclóricas e da instituição de uma agência governamental que coordenasse esse esforço de pesquisa e preservação.

O apoio do Estado foi fundamental para a criação e manutenção dessas instituições. Porém essa ajuda, contribuição e interferência nos cenários intelectual e cultural, não eram ações ingênuas. Havia uma necessidade do próprio Estado de se afirmar e montar um sentimento de nacionalidade, elaborando uma unidade diante das agitações políticas que marcaram os anos 30 e 40.

Visto a expansão desses estudos folclóricos, a escolha em trabalhar com a produção vidaliana, entre 1941 e 1950, parte de sua atuação na Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) (1941-1963), que objetivava sistematizar tais produções culturais, assim como a criação e

presidência de uma sociedade congênere, a Sociedade Paraibana de Folclore (1941 a 1944). Estas instituições marcaram a sua produção neste viés cultural. Seguindo as tendências deste Movimento, elaborou seu principal livro sobre a temática: *Lendas e Superstições* (1949), que registra os mitos e as lendas paraibanas a partir de três espacialidades: litoral, brejo e sertão.

Para pensarmos essa noção de *identidade*, partiremos do sociólogo Stuart Hall (2006), cuja ideia pode ser entendida como um processo em permanente construção a partir de representações:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário ou fantasiado” sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p. 38).

A identidade é formada a partir de elementos que estabelecem especificidades. Principalmente, quando analisamos uma identidade nacional, percebemos como alguns elementos são negados e outros reafirmados como símbolos identitários. Essas elaborações identitárias permitiram ao mundo moderno a instauração e permanência de instituições que divulgaram e elaboraram esses discursos. Como SBF e a Sociedade Paraibana de Folclore (SPF), criadas sob o princípio de uma elaboração identitária, a partir de uma dimensão cultural, pelos estudos folclóricos. Assim como outras instituições e entidades, foram elaboradas com o intuito de produzir e propagar um discurso de representatividade de uma localidade.

Os estudos folclóricos permitiram e possibilitaram marcar discursos sobre o regional e o nacional, principalmente sobre o Nordeste, os quais segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 20): “[...] foram definindo e instituindo o que deveria ser visto e dito como sendo a cultural desta região, aquilo que seria típico, particular, singular, autêntico deste espaço e que manifestaria, portanto, sua própria essência, sua própria identidade.” Desta forma, a produção do historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2013) possibilitou compreender a difusão e organização do MFB, além da sua atuação no Nordeste. A partir da obra *A Feira dos Mitos* (2013), percebe-se como o Nordeste foi e é um espaço marcado por discursos construídos diversas vezes pelos folcloristas, nos permitindo visualizar grupos de sujeitos que significam, representam e justificam esse espaço através da sua atuação.

Albuquerque Júnior (2013) apresenta que o folclore não possui uma conceituação específica, defendida e perpassada. Os letrados caracterizam o uso do termo como “estudo”

sobre uma cultura popular, sobre práticas, hábitos e costumes realizados por pessoas pertencentes a uma classe “subalterna” em relação àqueles que realizam tais estudos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 83). Em sua maioria, o folclorista é o letrado, provém de uma classe elitista e acredita que tais “elaborações culturais” estão prestes a desaparecer, por isso a necessidade de resguardar essas elaborações. Ainda, por esses grupos populares apresentarem práticas culturais que, segundo esse grupo elitista, classificavam e definiam especificidades e singularidades de um espaço, esses grupos estudados eram vistos como guardiões de uma cultura originária.

Neste viés, ressaltamos uma breve discussão sobre a cultura popular, visto que é a ferramenta utilizada nas produções vidalianas enquanto mecanismo para expressar uma “autenticidade” de vivências, que “autorizam” e exemplificam o discurso folclórico, na elaboração de uma identidade nacional. Segundo Martha Abreu (2003, p. 83), o conceito de cultura popular “[...] foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas.” Como já evidenciado, o discurso folclórico utilizou-se dessa categoria de expressão sobre experiências e vivências de determinados grupos sociais para a produção de estudos sobre uma cultura vista como autêntica, que necessitava ser registrada em decorrência de seu iminente “falecimento”. Vale ressaltar que essa categoria discursiva, primeiramente, foi atribuída por pessoas que se “mantiveram” distantes de tais ações ou práticas. Como ressalta a autora:

Cultura popular não é um conjunto fixo de práticas, objetos ou textos, nem um conceito definido aplicável a qualquer período histórico. Cultura popular não se conceitua, enfrenta-se. É algo que precisa sempre ser contextualizado e pensado a partir de alguma experiência social e cultural, seja no passado ou no presente. (ABREU, 2003, p. 95).

Desta forma, o termo está diretamente associado às pretensões de quem o utiliza, evidenciando vivências, singularidades, refletindo intercâmbios culturais ou subalternando outra cultura. O enunciador produz uma concepção que deve primeiramente ser compreendida como uma visão sobre o outro, ou seja, definições que atribuímos segundo valores e interesses de afirmação e/ou negação.

Perceber Ademar Vidal enquanto um folclorista é tentar analisar sua obra segundo os preceitos que estabeleceram os estudos folclóricos, para assim percebê-lo como um construtor de um discurso marcado e fundamentado por outros intelectuais que definiram uma identidade

a partir dos estudos folclóricos. Desta forma, o folclore apresentou-se como um saber institucionalizado, uma ferramenta intelectual que definiu espaços e discursos.

Em termos metodológicos, para abordar a temática utilizamos como fontes uma revisão bibliográfica, com foco nas construções biográficas e também acerca do movimento folclórico da década de 1940; e as correspondências trocadas por Ademar Vidal, principalmente com Luís da Câmara Cascudo, a partir das quais buscamos perceber a elaboração de sua obra no viés cultural e o seu posicionamento acerca dos estudos culturais. Algumas dessas correspondências estão disponíveis no acervo pessoal de Luís da Câmara Cascudo, que se encontra no Instituto Câmara Cascudo (LUDOVICUS), e outras estão no acervo pessoal de Ademar Vidal, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

A produção epistolar nos permitiu perceber um sujeito em sua intimidade. Em particular, as correspondências que abordaremos abrigam a afetividade e as trocas intelectuais entre os correspondentes. Como destacou Teresa Malatian (2009, p. 208), em *Narrador, registro e arquivo*, sobre o que a correspondência permite observar: “Isto é particularmente importante para o caso dos intelectuais, pois envolve sua rede profissional, onde correm trocas de livros, opiniões, sentimentos diversos e firmam-se estratégias de atuação entre os pares.” Assim, as cartas, apresentam as singularidades dos sujeitos que, através delas, partilham suas vivências, ideias, envolvimento com grupos intelectuais e estabelecem suas relações sociais.

Ainda do ponto de vista das fontes, utilizamos a produção folclórica vidaliana, com destaque para o livro sintetizador desses estudos escrito por Vidal: *Lendas e Superstições* (1949). A produção vidaliana foi doada por sua filha Alice Vidal ao IHGP, o qual mantém um fundo privado em nome de Ademar Vidal, onde constam vários inéditos de sua autoria. Apesar de haver um acervo da produção vidaliana, em decorrência da distância e por não constar esta produção no site do IHGP, os livros foram adquiridos pela livraria eletrônica “Estante Virtual”², sendo alguns também doados pela família Vidal.

A inserção vidaliana no MFB direcionou seus escritos à produção cultural, proporcionando a elaboração de quatro livros: *Lendas e Superstições* (1949), principal obra vidaliana nesse eixo temático, que apresenta espacialidades que marcaram e elaboraram discursos sobre a Paraíba; ainda, *Guia da Paraíba* (1943), *Terra de homens* (1945) e *Importância do açúcar* (1945), que também são pautadas em visões sobre a construção deste espaço.

² A “Estante Virtual” é uma livraria eletrônica que vende livros de todos os gêneros. Para saber mais consulte: <https://www.estantevirtual.com.br/>.

Assim, pretendemos perceber a produção do folclorista Ademar Vidal enquanto uma escrita produtora e produto de um meio social e intelectual, de vivências e significados que perpassaram o folclorista e o direcionaram à tentativa de construção de uma identidade cultural regional, produzida por um grupo de intelectuais. Estamos preocupados com a formação de um pensamento intelectual, não apenas dos escritos, mas além desses, percebendo Vidal como um sujeito preocupado em definir e marcar a Paraíba através da produção cultural local. Como afirmou Albuquerque Júnior (2013, p. 28): “O discurso folclórico é um discurso sobre discursos”. Assim, nos deparamos com construções pautadas em interesses, os quais tornaram ações do cotidiano de certos grupos como categorizadas segundo posicionamentos que eram externos ao grupo. Ao analisarmos uma obra folclórica, os discursos que estão inseridos na obra pelo próprio autor são fundamentais para a compreensão de tais intenções.

Ainda no viés metodológico, percebemos as fontes como difusoras, construtoras e resultantes de discursos. Esses, ao mesmo tempo, perpassam os sujeitos e suas instituições. Segundo Michel Foucault (1996, p. 10), o discurso:

[...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Desta forma, a análise das fontes utilizadas nesta pesquisa partiu da própria percepção de vê-las enquanto discursos, produzidos, assegurados e corroborados, segundo agentes e instituições. Assim, o discurso é um definidor e produtor de concepções que vão além da escrita dos intelectuais, sendo instaurado desde pequenas ações e intenções até as elaborações de identidades, espacialidades culturais, sujeitos, formas e falas. Ao mesmo tempo em que é formador, o discurso também é alterado, segundo as necessidades e objetivos do seu meio produtor.

Assim, a análise de discurso pauta-se em processos que pretendem no discurso:

[...] mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. [...] como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação. (FOUCAULT, 1996, p. 60).

O discurso, enquanto resultante de concepções que estão inseridas nas ações dos sujeitos da escrita, aloja-se nas estruturas sociais, transformando ou perpetuando ideologias e propostas. Desta forma, somos cientes e pretendemos analisar nossas fontes segundo seu local de produção, seus produtores, meios de circulação, intenções e alcance. Partimos de produções legitimadas por discursos institucionais, regularizadas segundo seu meio de produção e seus interlocutores.

Deste modo, estruturamos nosso trabalho em três capítulos: *Nos Enredos de Vivências: construções de afetividades e erudição*, no qual pensamos a formação intelectual do sujeito estudado e como suas vivências interferiram na sua produção, a partir da atuação em redes intelectuais e entidades que o aproximaram de discussões voltadas para o cenário cultural paraibano; *O Folclorista e os Cenários dos Estudos Culturais na Década de 1940*, contribui na compreensão do direcionamento vidaliano aos estudos folclóricos, assim como para entender o cenário em que esses estudos foram incentivados pelo Estado e organizados por entidades intelectuais, segundo preceitos de elaboração de uma identidade nacional; e *A Escrita de uma Paraibanidade Cultural*, que aborda a produção vidaliana em âmbito folclórico, nessa parte nos pautamos na produção de uma coletânea de narrativas populares, divididas segundo espacialidades. Sendo assim possível analisar como a Paraíba foi pensada por Vidal e montada a partir de espacialidades distintas, mas conectadas em um recorte de espaço que, antes de tudo, é simbólico, praticado e construído.

No primeiro capítulo, nos pautamos pela apresentação de alguns traços biográficos e do lugar social, justamente na tentativa de compreender esse processo de erudição. Por isso, nos pautamos em alguns aspectos da sua formação acadêmica. Diante das produções biográficas, optamos por perceber o sujeito narrado, memorizado e lembrado por seus filhos, principalmente por sua segunda filha, Alice Vidal, no livro *Ademar Vidal: para não esquecer* (2010). Nossa intenção partiu de problematizarmos o sujeito descrito. Por se tratarem de experiências pessoais, evidenciam outras percepções, nos possibilitando conhecer a sua intimidade. No entanto, percebemos essa produção enquanto uma construção que partiu de memórias, portanto, marcada por seleções e edições que fazem parte do processo da memória. Com o intuito de homenagear, também funciona como mecanismo de elaboração e divulgação de uma memória. Utilizamos ainda a tese da professora Maria Nilza Barbosa Rosa, principalmente por seu caráter científico e por apresentar dados e informações sobre os trajetos vidalianos intelectuais e de produção.

Seguindo neste caminho, nos direcionamos para aspectos da sua formação intelectual, visto que sua atuação política em instituições e grupos sociais foi fundamental nessa elaboração de erudição, além de permitir o convívio, trocas epistolares e encontros com outros intelectuais.

O segundo capítulo pautou-se pela investigação da atuação vidaliana no cenário dos estudos folclóricos, assim como a elaboração do folclorista. Para isto, analisamos as cartas trocadas com Câmara Cascudo. Desta forma, também, procuramos compreender a instauração de instituições preocupadas com esta operacionalização do MFB na década de 1940. Ainda, procuramos refletir sobre as percepções vidalianas acerca da cultura, do folclore e sua inclinação para estes estudos, percebendo essas atuações refletidas em suas produções durante esse período. Assim, destacamos sua participação na Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) e a criação da Sociedade Paraibana de Folclore, enquanto congênere daquela, sendo dirigida por Ademar Vidal de 1941 a 1944. Nesse viés, delineamos a proposta metodológica elaborada pela SBF, na tentativa de organizar um perfil para o folclorista e instaurar uma organização no proceder das pesquisas folclóricas.

O último capítulo trata da análise efetiva de uma construção identitária cultural acerca da Paraíba, a partir do livro que sistematiza e reúne esse empreendimento vidaliano acerca dos estudos folclóricos: *Lendas e Superstições* (1949). Assim, problematizamos as espacialidades elaboradas e os elementos atribuídos a cada espacialidade: litoral, brejo e sertão. Para selecionarmos as lendas e mitos pertencentes ao contexto paraibano, utilizamos como método a identificação de espaços e elementos destacados nessas narrativas.

CAPÍTULO I - NOS ENREDOS DE VIVÊNCIAS: CONSTRUÇÕES DE AFETIVIDADES E INTELLECTUALIDADE

Gilberto: Leia esta joia de Alice, sobre os filhos de ambos. Merece publicação em livro. Mas só depois de revisado com os cortes e recortes que fiz eu após sua leitura. Precisa ser passado na máquina novamente. [...] Enfim, veja se você pode encontrar alguém inteligente e instruído para prosseguir na máquina o trabalho de Alice. Será sucesso quando publicado em livro. E se possível você se encarrega disso, hein? Bom presente esse para o dia 19 vindouro. E um abraço de seu velho Ademar Vidal. (VIDAL, 2010, p. 46).

O trecho acima é a reprodução de um bilhete, de autoria de Ademar Vidal, que foi encontrado por Alice Vidal, um ano após o falecimento do pai, guardado entre textos inéditos em uma pasta. Ademar Vidal o havia escrito para Gilberto, marido da filha. O pai fora o grande incentivador de Alice, presenteando-a com um caderninho para que anotasse o cotidiano com os filhos. Aparentemente ela foi a única a trilhar os caminhos literários como o pai. Por isso, identificamos uma proximidade com a produção paterna. Após um tempo, as anotações tornaram-se o seu presente de aniversário, recebendo todo o material editado e datilografado pelo pai. O bilhete foi publicado no livro *Ademar Vidal: para não esquecer*, de autoria de Alice Vidal, em 2010. Apresenta relatos e breves comentários dos demais filhos, mas com foco nas lembranças da autora sobre momentos ao lado do pai, tanto em uma dimensão pública como nas vivências pessoais.

Em diversos trechos é evidenciado como o pai tenta impulsionar a filha à escrita, como, por exemplo, a lembrança da viagem realizada em 1967 para a Europa. Ao partilhar o desejo com o pai de escrever suas impressões sobre essa viagem à Europa, o mesmo respondeu que “[...] é só começar. Vá escrevendo tudo o que sente, que no final tudo se transforma num livro.” (VIDAL, 2010, p. 45). A filha é vista por Vidal como uma possibilidade de continuação do seu trabalho e também do sobrenome familiar no cenário literário.

Narrar momentos e histórias da intimidade familiar não é tarefa fácil. Sobretudo, quando o sujeito principal dessa produção foi alguém de tantas vivências públicas, um sujeito que circulou em diversos espaços e cenários, atuando em cargos formais, enquanto dedicava suas madrugadas a outro ofício: o de escritor. Alice Vidal em seu livro *Ademar Vidal: para não esquecer* (2010), faz o exercício de lembrança na intenção de homenagear ao pai, relatando momentos pessoais e familiares ao lado do mesmo. Desta forma, indagamos: quem

foi Ademar Vidal segundo Alice Vidal? E como essas percepções sobre o sujeito contribuem para entendermos suas atuações enquanto intelectual e escritor? Como as observações da filha sobre suas vivências cotidianas nos ajudam a perceber o sujeito que narra uma versão sobre a Paraíba em sua obra?

Para entendermos as lembranças, partimos da intenção da autoria ao elaborar o livro: “Este livro é um tributo a meu pai, Ademar Vidal, e minha proposta aqui é escrever tudo o que sei dele, tudo o que vi nele e o que vivi com ele.” (VIDAL, 2010, p. 9). Evidenciam-se, na referida epígrafe e no próprio título do livro, o desejo de lembrar a imagem do pai, partindo da intimidade, para demonstrar que Ademar Vidal deve permanecer vivo na memória nacional.

A memória caracteriza-se por se tratar de processos contínuos de edição, permitindo uma reelaboração e reinterpretação dos momentos registrados. De forma particular, a elaboração de uma memória vidaliana por parte de Alice Vidal é reflexo do próprio momento de lembrança.

Aleida Assmann (2011, p. 20) aponta que “[...] a memória é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar. [...] não é transdisciplinar somente no fato de que não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área; dentro de cada disciplina ele é contraditório e controverso.” Assim, não há uma única compreensão do conceito, mas formas de defini-lo de acordo com as concepções que se deseja atribuir como suas funções.

Sobre recordar, a autora afirma que: “[...] os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 19).

Ainda:

A recordação procede basicamente de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento da sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação. (ASSMANN, 2011, p. 33-34).

Evidencia-se que a memória não depende de meios ou lugares fixos para se estabelecer e se preservar, estando em construção no momento em que é chamada à tona. Ao

iniciar o processo da recordação, o indivíduo inicia também um processo de elaboração, de transformação e ressignificação.

De acordo com Le Goff (1990, p. 476), “[...] a memória é um instrumento e objeto de poder.” A partir dela são expressas percepções e ideologias, e são fundamentados discursos que pretendem ser verdadeiros ou legítimos, justamente por projetar sobre a *memória* o caráter testemunhal do passado, como se a mesma não passasse por um processo de elaboração. Como aponta Michael Pollak (1992), a memória é *construída* e *seletiva*. Ela decorre de um momento de produção, de indagações presentes e também pode atuar na consolidação de discursos sobre um acontecimento ou um sujeito. A vinculação ao passado não se dá em forma de reviver, mas como meio de conectar e elencar as percepções sobre os acontecimentos. A memória definitivamente não é ingênua ou natural.

O que autoriza o seu discurso é o testemunho, que “[...] deve ser entendido tanto como a apresentação do ponto de vista de um terceiro [...] como também deve ser abordado como a tentativa de se apresentar *uma experiência que resiste a esta apresentação*.” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 131, grifo do autor). Neste caso, lidamos com as vivências familiares, em particular, da filha Alice, que narra essa intimidade familiar na pretensão de “fixar” essas experiências. Sendo assim, “O testemunho é uma modalidade da memória.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73), trata-se de um discurso pautado em uma percepção sobre o visto ou vivido.

Para Seligmann-Silva (2010, p. 5):

Devemos aceitar o testemunho com o seu sentido profundamente aporético de exemplaridade possível e impossível [...] minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”.

Assim, partimos das versões de Ademar Vidal, primeiramente a partir da filha, compreendendo que essas visões e falas partem de um contexto singular pela familiaridade dos sujeitos, pelas possibilidades de perceber e caracterizar o sujeito e também pela edição dos olhos de uma filha sobre o pai. O testemunho é carregado de mensagens e sentidos, nos revelando muito sobre quem é produzido e quem produz. Embarcamos nesses sentimentos

despertados ao longo das narrações em decorrência da própria ausência de Ademar Vidal, visto que se trata de um livro publicado e elaborado posteriormente ao seu falecimento.

Também nos inclinamos sobre outras formas de testemunho que contribuíram na elaboração de versões sobre este sujeito. Assim, trilhamos por seu processo de elaboração intelectual, trajetos e escolhas que marcaram e singularizaram sua produção folclórica. Convidamos o leitor a enxergar as múltiplas atuações e sujeitos que foram Ademar Vidal.

1.1 Trajetos e Vivências: Breves Considerações

Na cidade da Parahyba, atual João Pessoa-PB, em 07 de outubro de 1897, nasceu Ademar Victor de Menezes Vidal, filho de Francisco de Assis Vidal, que possuía alguns jornais que foram incendiados por motivações políticas, e Amélia Augusta de Menezes Vidal, ambos pertencentes a elites paraibanas³.

O contato de Ademar Vidal com a imprensa de maior circulação ocorreu para ajudar financeiramente em casa, trabalhando durante anos na redação do periódico *A União*, órgão estatal. Ele colaborou nos principais jornais da Paraíba, fundando, inclusive, uma revista: *A Novella* (1922), juntamente com Antenor Navarro. A revista possuiu vários colaboradores nacionais e estrangeiros. Foi a partir dela que Vidal publicou seu primeiro livro: *A Fome* (1922). No entanto, o periódico não sobreviveu em decorrência dos gastos das publicações, como aponta Maria Nilza Barbosa Rosa (2006, p. 33):

Para os idealizadores de *A Novella*, Ademar Vidal e Antenor Navarro, “um dos principais objetivos é interferir modesta e lealmente na educação intelectual da nacionalidade”. Percebe-se aí o esforço da conquista de Vidal e de Navarro, da possível recepção do público-leitor. Na palavra de Ademar Vidal, *A Novella* é “a precursora no Nordeste, do Movimento Modernista promovido em São Paulo”. A revista marcou época nos anais do jornalismo da capital, pela sua feição literária [...].

³ Informações contidas na tese: ROSA, Maria Nilza Barbosa. **Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal**. Tese (Doutorado em Letras). Área de concentração em Literatura Brasileira, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_nilzaI.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2016.

Assim, a revista tinha como proposta divulgar o movimento modernista que alvoroçava e agitava o âmbito literário na década de 1920, tendo como principal representante Mário de Andrade que, ao visitar a Paraíba, foi acolhido por Vidal.

No âmbito pessoal, em 1926, na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, foi celebrado o casamento de Ademar Vidal e Maria do Céu Lins Vidal. Um romance testemunhado, como apresentou Alice Vidal (2010), por José Lins do Rego, que os acompanhava quando criança ao cinema, e simbolizado por cascas de laranjas, pois Maria do Céu “[...] secretamente escrevia bilhetes para ele nas cascas de laranjas. Ela mesma descascava. E para disfarçar [...] arrumava a casca bem colada à laranja, não deixando vestígio de que ela fora tocada nem de seu gesto de amor escondido.” (VIDAL, 2010, p. 14). O casamento possibilitou uma relação com a família Lins, Vidal visitou algumas vezes a fazenda da família da esposa e coletou material para trabalhos de âmbito cultural, publicando parte dessa produção no periódico *Brasil Açucareiro*.

O casal teve cinco filhos, entre eles Alice Vidal que elaborou o livro sobre o pai. No mesmo ela destacou a relação dos pais, o pedido de casamento e um episódio que a deixara paralisada: após a comemoração das Bodas de Diamante, “[...] encontrei-o de mãos dadas com mamãe. Ele deitado no sofá de seu gabinete e ela sentada na cadeira ao lado. Pareciam dois namorados.” (VIDAL, 2010, p. 52), pois ela declarou nunca ter presenciado aquela cena. Logo, o pai tratou de responder: “[...] nunca pensei que isto fosse tão bom, perdi muito tempo sem namorar sua mãe, ficando assim com ela. Vou aproveitar este restinho, antes de morrer.” (VIDAL, 2010, p. 53). Maria do Céu dividira o esposo com as constantes viagens nacionais e internacionais, realizadas por Ademar Vidal em decorrência dos cargos desempenhados ao longo da vida.

Vidal atuou no cenário político da Paraíba, principalmente na década de 1930, sendo um dos propulsores da literatura sobre a chamada *Revolução de 1930*⁴, além de produzir textos memorialísticos sobre os políticos João Pessoa e Epitácio Pessoa, e até uma biografia de Augusto dos Anjos. A política foi um tema de destaque em sua obra, sendo, inclusive, comentarista político em alguns jornais, o que também lhe gerou problemas e adversidades políticas. Isso resultou na desvalorização ou desconsideração do mesmo e de sua obra na Paraíba, o que se caracteriza pelas poucas produções acadêmicas sobre ele e seus escritos. Como aponta Rosa (2006, p. 10), tornando-se um obstáculo:

⁴ Movimento político que culminou em um golpe de Estado e ascensão de Getúlio Vargas, que se manteve no poder até 1945, a partir da instauração de uma ditadura.

[...] quando iniciamos a pesquisa na Academia Paraibana de Letras e um dos funcionários disse-nos para pensar bastante, se compensaria pesquisar sobre um autor que não é benquisto na Paraíba. Naquele momento nada entendemos; algum tempo depois percebemos que ainda se tratava de resquícios, possivelmente da Revolução de 30 na Paraíba.

Em decorrência da formação na área do direito, desenvolveu uma carreira jurídica, exercendo, por exemplo, o cargo de Secretário de Segurança na Paraíba. Para desempenhar o cargo de Procurador da República, em 1944, mudou-se para o Rio de Janeiro, facilitando o contato com renomados escritores da época e com algumas autoridades.

Vidal costumava incentivar os filhos a ler e aventurar-se no mundo das letras, presenteando-os com obras clássicas, como *Os Lusíadas*, de Camões⁵. Atribuía ao constante hábito de ler e escrever como provedores dos espaços e cenários desfrutados. Ao mesmo tempo, mantinha os livros “impróprios” como aponta a filha, na parte mais alta da estante. Embora, em nome da curiosidade, ela bisbilhotava e assustava-se com as cenas descritas.

Dentre os costumes praticados, estava o de passear após o jantar à praia de Copacabana, geralmente acompanhado por um dos filhos e em seguida iam ao Copacabana Palace para degustar um sorvete. Os filhos participavam dos eventos públicos, indo aos almoços com autoridades e frequentando os espaços nos quais o pai trabalhava e atuava. Nesta lista de contatos estava Assis Chateaubriand, compadre, proprietário dos *Diários Associados* e do periódico *O Jornal*, tendo como um colaborador assíduo Ademar Vidal. Além disso, havia outras figuras com quem mantinha contato, como Mário de Andrade e Câmara Cascudo.

Foi nesse cenário de encontros, afetividades e intelectualidade que viveu Ademar Vidal. Nele, o público e o privado misturaram-se nos hábitos cotidianos. Partilhava seus gostos literários com os filhos, incentivava e os conduzia às manifestações de uma vida pública. O mesclar de personalidades esteve também na memória dos filhos, afinal todas as faces pertenceram a Vidal, o homem que saiu da sua terra natal e que perpetuou suas vivências como forma de homenagear esse espaço e estabelecer seu sentimento de pertencimento. Portanto, compreendemos o sujeito e percebemos que os espaços circulados foram fundamentais para a elaboração dessas faces, e sobre esses espaços nos inclinamos.

⁵ Relata Ademar Filho, que ganhou a obra com dez anos, confessa ainda que não leu, assustando-se com a quantidade de páginas do mesmo. Ver mais em: VIDAL, Alice. **Ademar Vidal**: para não esquecer. Personal, 2010.

1.2 O “Tributo” ao Pai: Ademar Vidal Segundo Alice Vidal

A escrita elaborada por Alice Vidal é enfatizada pela própria dor da perda paterna, o que caracteriza o registro da saudade ao longo do livro. Esse sentimento destaca-se em muitas passagens do texto, tornando-se um elemento importante na própria lembrança, já que o momento de produção ocorre após o falecimento do pai. As narrativas também possuem o caráter de homenagem, de enaltecimento de lados positivos e dos atos tidos como importantes em sua trajetória. Como podemos analisar no trecho destacado:

Cinco horas da tarde. Ah, meu Deus! Esta era a hora de nossas confidências, naquele gabinete que só falta falar, pois é a sua cara, tem o seu cheiro, o seu jeito. A sua escrivaninha, os seus livros ainda por editar, uma pilha enorme, quanto trabalho, quanta preciosidade. Só desejo que não se perca no tempo a sua obra, de tamanha sabedoria. (VIDAL, 2010, p. 70).

A partir do trecho elencamos algumas caracterizações associadas ao sujeito descrito, como o espaço do gabinete que remete ao homem e suas atividades cotidianas desempenhadas. O horário de confidências nos evidencia a própria relação afetiva entre ambos. A filha reconhece nesse espaço o pertencimento do escritor, que se isolava na produção intelectual, mas que também cultivava naquele ambiente momentos de lazer e de partilha. A intelectualidade é uma característica evidenciada até em momentos de recordações de convívio privado, como elemento construtor, tido como “naturalmente” pertencente ao pai.

É possível perceber certo ressentimento pela ideia de não ter alcançado o reconhecimento almejado para o pai. Por isso, há um constante enaltecimento de suas vivências públicas, para corroborar a singularidade da obra e do sujeito. As narrativas caracterizam-se por serem curtas e sem uma sequência cronológica. Enaltecendo, juntamente com depoimentos dos demais irmãos, a figura paterna. A autora declara-se uma observadora constante dos “hábitos cotidianos” do pai (VIDAL, 2010, p. 23).

O uso da memória como ferramenta de propagação de uma visão e versão vidaliana, ao mesmo tempo, fortaleceu a construção da figura paterna para a autora, já que a memória faz parte da formulação de identidade (LE GOFF, 1990). Inclusive enquanto inspiração literária, já que o costume de observar o pai e sua produção, juntamente com o seu incentivo, a orientam para o ramo literário.

Com efeito, a autora em suas narrações partem dessa ausência paterna, perpassando pela formação intelectual do pai como ferramenta importante no processo de tornar uma

figura privada em pública, enaltecendo a relação amorosa com a mãe, evidenciando o metódico escritor e o pai com quem desabafava, mantinha uma relação afetiva tão evidente que produzira uma obra para lembrá-lo.

Alice Vidal aponta como essa relação com o pai foi construída, estando em constante contato com a sua produção e ajudando-o com as correspondências: “Quem tomava conta de sua correspondência, especialmente quando se aposentou, era eu. E, na época do seu aniversário e das festas de fim de ano, ele me entregava a tarefa de responder e enviar cartões e cartas aos seus amigos.” (VIDAL, 2010, p. 23). A interação e afetividade entre eles foi compreendida pela filha, justamente, em decorrência da proximidade:

De todos os filhos, a que teve maior convivência com ele fui eu, talvez por ser a filha mais velha. Por isso, acho que tem sido mais doloroso, para mim, suportar a sua ausência. Por outro lado, essa é uma das razões pelas quais me considero privilegiada. Porque sentia e compreendia o que diziam seu olhar e seu sorriso. Das filhas, a que mais se parecia fisicamente com ele era eu. Daí, todos dizem que ele tinha uma preferência por mim. Não sei ao certo se isto é verdade, mas havia entre nós um entrosamento absoluto. E ele ainda dizia que eu lembrava minha avó Amélia, sua mãe. (VIDAL, 2010, p. 75).

Sob essas insígnias do testemunho e da memória, Alice Vidal toma para si a missão de dar continuidade à obra vidaliana através da publicação dos inéditos, como evidencia no trecho: “[...] temos que tornar a ausência em presença.” (VIDAL, 2010, p. 76). Com esse fim, após o falecimento do pai, em 1986, ela enviou cartas para o então governador da Paraíba, Tarcísio Burity, e sua esposa, Glauce Burity. No entanto, não foi possível a publicação dos inéditos.

Diante dessas elaborações e interpretações sobre Ademar Vidal, podemos evidenciar ou elencar alguns pontos. As vivências do homem público estiveram evidentes na vida privada, mesclando as próprias lembranças dos espaços circulados. Perceber esse sujeito enquanto intelectual e não tentar compreender o homem, a partir de seus hábitos e do relacionamento com os filhos, é deixar uma lacuna para a própria compreensão de sua produção. Dessa forma, ao lembrar-se das broncas do pai por utilizar termos que não faziam parte do vocabulário nordestino, por exemplo, Alice evidencia como Ademar Vidal tentava preservar vivências e hábitos de sua terra natal, tão enfatizada em sua obra e em sua vida, ao menos sob uma versão elaborada, vivida e percebida por este sobre a Paraíba. Cabe-nos então apresentar alguns trajetos. Nossa intenção é abordar algumas experiências e caminhos trilhados, perpassando por hábitos e costumes.

Segundo Alice Vidal (2010), Ademar Vidal foi um sujeito que trilhou diversos espaços e cenários, permitindo-se uma mescla de vivências entre o público e o privado. Desta forma, de um lado as múltiplas atuações como procurador da República, escritor aplicado e metódico, o intelectual que recebia visitas ilustres, como autoridades, além dos encontros com sujeitos destacados no cenário literário, e de outro o pai com quem Alice tinha momentos simples, de caminhadas à praia e também de desabafos, mantiveram-se como faces do mesmo sujeito.

Alice, provavelmente, aprendeu muito cedo que “aquelas” versões pertenciam ao mesmo sujeito, não havendo necessidade de separá-los. Embora, como a mesma aponta, o pai: “Não admitia que entrassem pela manhã no seu gabinete, quando estava trabalhando. Ficava brabo quando o interrompiam. Também o respeito aos costumes alheios era uma norma que seguia à risca.” (VIDAL, 2010, p. 24). O gabinete marcava o “espaço” do homem público, dedicado ao escritor. O espaço também era capaz de estabelecer um tempo e marcar a necessidade de isolamento do sujeito, visto que naquele momento, a face do homem de letras se sobressaía.

Alice Vidal (2010) elabora uma *memória oficial*⁶, perpassada por significados, ao elencar trajetórias pessoais, dotada de autoridade por se tratar de uma guardiã da memória paterna. Segundo Ângela de Castro Gomes, um guardião da memória “[...] tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar.” (GOMES, 1996, p. 7). Além desse testemunho pessoal, expressado pelas lembranças e narrações de seu livro, Alice Vidal foi responsável por decidir os últimos detalhes do velório e produziu o inventário dos bens do pai, “o primeiro e único cliente.” (VIDAL, 2010, p. 64) em sua curta carreira de advogada, além disso ela organizou sua biblioteca, doando a obra e produções inéditas ao IHGP.

Esse processo reafirmou a imagem da figura paterna para Alice, seus olhos ficaram apurados pelas ações que representavam esse homem intelectual e pela contribuição em sua formação pessoal. Através de suas narrativas e ações, a filha procurou homenagear tudo o que Ademar Vidal significou para ela:

Cada vez que eu conseguia esvaziar um pouco mais a biblioteca no primeiro
cômodo da casa, levava comigo a saudade e toda sua figura de um homem

⁶ Utilizamos esse termo no sentido de construção de um discurso oficializado a partir do próprio testemunho da filha, partindo de um lugar de privilégio. Tal produção tem como proposta marcar o pai a partir de discursos afetivos. Nos pautamos na discussão apontada por Michael Pollak no texto *Memória, esquecimento, silêncio* (1989).

essencialmente intelectual. Quando voltava no dia seguinte, iniciava tudo de novo. Um verdadeiro processo espiritual, como se tivesse que reconquistar o vazio que encontrava naquele ambiente. Sentia um pânico indescritível, uma incapacidade de concluir aquela tarefa tão árdua para mim. Era como se eu fosse obrigada a ver o meu próprio desaparecimento. Que confusão de sentimentos. (VIDAL, 2010, p. 64).

Essa despedida, além do lado afetivo, também significou a perda de um incentivador de sua carreira literária. Apesar de continuar escrevendo, o seu maior apoiador não estava mais ali para os conselhos e conversas das 17:00 horas da tarde. Assim, ao mesmo tempo em que esta alicerça um espaço para o pai, evocou para si o papel de guardião dessa memória familiar. Esse processo também é autobiográfico, visto que são elencados momentos seus ao lado do mesmo. Rememorar e narrar o pai, permitiu a Alice escrever-se e vice-versa.

1.3 A Construção do Intelectual: Entre a Efervescência Política e Instituições de Sociabilidades

A elaboração intelectual pauta-se em processos de vivências e sociabilidades, que se desenrolam ao longo de uma trajetória, perpassando por uma atuação pública que gera o reconhecimento do sujeito dentro dessa categoria. A própria atuação e contribuição política, ideológica e/ou literária, são fundamentais nesse processo, pois qualificam e autorizam a utilização desta titulação. Como aponta Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016, p. 10), os intelectuais são produtores “[...] de conhecimentos e comunicação de ideias...”, estabelecendo relações e atuações que transbordam sobre seu meio social. Por isso, estão fortemente vinculados ao espaço “político-social”.

Ainda, em decorrência dessa circularidade de ideias e espaços, “[...] tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas de cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.” (GOMES, HANSEN, 2016, p. 10). Jean-Jacques Sirinelli (2003, p. 235) define o *intelectual* enquanto um “ator do político”, pertencente a uma elite simbólica, primeiramente, portadora de um espaço de atuação em seu meio social.

Sob essas caracterizações, refletimos os trajetos vidalianos na elaboração e reconhecimento intelectual. Pretendemos apontar alguns elementos que colaboraram e permitiram essa construção intelectual em Ademar Vidal. Para isto, partimos de cenários que proporcionaram uma circulação em redes intelectuais, destacando três contextos importantes

nesse processo: a atuação política e produção literária nesse âmbito; ativa colaboração em periódicos, sobre diversas temáticas (como atualidades das épocas dos escritos sobre os momentos marcantes nacionais e internacionais); e a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do início a meados da década de 1940.

Esses espaços permitiram uma *sociabilidade*, encontros, divulgação e propagação de seu trabalho literário. E são fundamentais para localizar a obra vidaliana, bem como os enredos que marcaram suas diversas abordagens e os contextos de divulgação e até de silenciamento. Também para a ampliação e direcionamento ao âmbito cultural, captado através de encontros eruditos e percepções sobre seu próprio espaço. Desta forma, evidenciamos como essas experiências foram importantes para a elaboração e ampliação intelectual de Vidal. Por isso, interações sociais estão presentes, seja na forma, nas linhas ou entrelinhas dos seus escritos.

Essa sociabilidade pautou-se na organização de um grupo intelectual em “[...] torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Esses grupos passaram a formular “redes” que estruturam essas relações sociais, a partir de projetos, cenários e espaços de atuações.

Assim, pensar os trajetos também é perceber os espaços de formação escolar/acadêmica. Ademar foi filho de uma elite simbólica, dotada de privilégios e com discursos autorizados, afetada por problemas financeiros, em particular, associamos esse desequilíbrio à perda em decorrência de incêndios dos jornais de seu pai, assim algumas estratégias foram formuladas para contornar essa decadência capital. A “[...] única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais [...]” (MICELI, 2001, p. 23). Essas estratégias partem da inserção em espaços que permitem uma aproximação social. O que pode ser percebido pelas próprias instituições frequentadas por Vidal no início do século XX, como o Liceu paraibano e a Faculdade do Recife, onde cursou Direito, tradicional às elites da época.

Dentre essas vivências, destacamos os cargos ocupados na área jurídica como Procurador da República no Estado da Paraíba durante o governo de Sólton Barbosa de Lucena (1920-1924), além de exercer as Secretarias de Interior e Justiça, e Segurança no governo de João Pessoa (1928-1930). Ainda, após a chamada “Revolução de 1930”, foi designado para a função de consultor jurídico da Comissão de Reparações de Guerra. Em decorrência da sua atuação no setor jurídico e político, Vidal proferiu diversas conferências

no país e no exterior, acerca de assuntos jurídicos, sociais e políticos, assim, percorrendo os continentes europeu e americano, entre outros lugares. Participou ainda de reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao mesmo tempo em que desempenhava essas funções, o hábito de escrever persistia, inclusive influenciando uma parte da sua obra, fortemente vinculada à política e aos lugares percorridos, como *Europa* (1949), *Mundo livre* (1945), *Espírito de Reforma* (1945), entre outros. Outra temática de destaque, principalmente até na primeira metade do século XX, foi a chamada “Revolução de 1930”, tratada como um momento de renascimento político do país, além do enaltecimento da figura de João Pessoa, que desponta como figura central de alguns trabalhos. Destacam-se sobre esses temas: *O incrível João Pessoa* (1931), *O grande Presidente* (1931), *História da Revolução na Paraíba* (1933), *Recordações sentimentais de Epitácio Pessoa* (1942), *Epitácio Pessoa ou o sentimento de autoridade* (1942), além de colaborações em periódicos da época⁷.

As produções abrem espaço para Ademar Vidal no cenário literário da Paraíba. Em decorrência dessas interações sociais, colaborou também para os periódicos *Brasil Açucareiro* e *Cultura Política*, ambos vinculados ao Estado. Essa divulgação ideológica do regime vigente na época é resultado de uma estratégia do próprio Estado, de cooptar esses intelectuais para fortalecer a própria estrutura do poderio. Como aponta Sergio Miceli (2001, p. 197): “[...] os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade.”

Podemos perceber como a pluralidade de atuação e elaboração dos escritos vidalianos, manteve ligações com o momento de interligação das classes intelectuais com o Estado. Na Paraíba, Ademar Vidal encontrava-se nos altos cargos, exercendo uma atuação contínua, até mudar-se para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando na área jurídica. Ainda, como destaca Miceli (2001, p. 210), o “[...] traço mais característico da contribuição dessa elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes em que desdobrava sua atuação política e cultural.” Assim, ser uma figura ativa nesse cenário significou uma múltipla performance, uma circularidade de ações e ideias, além da propaganda sobre o Estado.

⁷ Cf. Adatao. **Ademar Vidal**: súmula bio-bibliográfica. João Pessoa, 1999. TARGINO, Itapuan Bôtto. *Ademar Vidal e Raul de Goes*: personagens da história da Paraíba. João Pessoa, 1996.

Estamos diante, também, de uma prática intelectual na qual ideologias e concepções de mundo vincularam-se aos seus escritos na elaboração de uma historiografia, ou de uma história nacional, como aponta Ângela de Castro Gomes (1996, p. 37-38) sobre essa geração:

[...] a maioria nascida no último terço do século XIX e desaparecida nas décadas de 20 e 30. Homens, por conseguinte, cuja maturidade intelectual foi alcançada no momento da virada do século. [...] Em tese [estes são] todos aqueles que produziram na área dos “estudos históricos” [...] O ofício de historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: a dos “homens de letras”.

Ademar Vidal fez parte desse grupo intelectual que pensou o Brasil, seja a partir de recortes espaciais voltados aos seus lugares de pertencimento, ou pensando as singularidades nacionais que também se somavam com os projetos do Estado. Por isso havia a interação entre o poder político e os intelectuais. Esses “homens de letras” utilizaram como matéria prima para desenvolver suas produções, os registros, documentos diversos e observações de práticas culturais, na intenção de elaborar uma história e cultura oficiais.

Nesse perfil intelectual, ainda evidenciamos dois elementos fundamentais para a atuação, permanência e propagação de escritos, bem como para a própria elaboração e reconhecimento desses sujeitos: as instituições de diversos âmbitos, principalmente de vínculos com estudos culturais, pesquisas etnográficas e literárias; e a imprensa, como veículo de divulgação de forma mais rápida e econômica, em comparação com as publicações de livros.

A imprensa desempenhou um papel central por permitir aos intelectuais, uma presença constate em colunas e colaborações exclusivas sobre diversos temas, principalmente a conjuntura sócio-política. Para Miceli (2001, p. 17): “Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais.” O cenário das letras mostrou-se como um catálogo de produções, além de permitir a formulação das “redes” intelectuais.

Ademar Vidal também atuou nessas corporações culturais, tanto na imprensa paraibana como em periódicos de outros estados, em destaque estavam: *A União*, *O Jornal*, *Diário de Pernambuco*, entre outros. Também colaborou com revistas internacionais, como aponta Itapuan Bôttto Targino, em *Ademar Vidal & Raul de Goes* (1996), sua colaboração para as revistas: *Atlântico* (Portugal), *Ocidente* (Espanha) e *Pretexto* (França). A imprensa

permitiu uma “fermentação intelectual”, contatos e trocas de erudições que marcaram essas trajetórias, também construindo nesses grupos “uma matriz em comum” (SIRINELLI, 2003, p. 247 e 249). Além de outras características, como a formação e o lugar social, que marcaram uma geração.

No cenário paraibano, uma entidade que fez parte desse histórico de consolidação e elaboração intelectual foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Ao qual Ademar Vidal se vinculou em 14 de julho de 1926. Ele desempenhou a função de presidente, sendo eleito em 1941 e reeleito, atuando até 1944.

O IHGP foi fundado em 7 de setembro de 1905, sua finalidade pauta-se em investir e gerar “[...] estudos, pareceres e pesquisas de história e geografia, bem como suas ciências auxiliares e correlatas, contribuindo para um melhor conhecimento da realidade paraibana sob os aspectos histórico, geográfico, político, social e econômico.” (INSTITUTO, s.d.). Segundo Luiz Hugo Guimarães, presidente do Instituto entre 1995 a 2009, o “[...] Instituto Histórico é o guardião da Memória Paraibana.” (GUIMARÃES, s/d), isso em decorrência do investimento de divulgação e construção de um discurso, não apenas para apresentar, como também no intuito de definir a Paraíba e sua identidade.

A historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira (2011) evidencia que o Instituto inicia sua atuação a partir da dissociação da Paraíba do estado pernambucano, assim, “[...] além da organização das fontes e outras tarefas tidas como importantes, o objetivo maior era de escrever a história da Paraíba. Quando a isso se adicionava o fato de ser escrita pelos próprios paraibanos, a relevância do objetivo era multiplicada.” (OLIVEIRA, 2011, p. 39). Em relação aos fundadores e membros, havia um perfil comum. Além de manterem contato direta ou indiretamente com cargos políticos, também partilhavam de uma formação. Assim, o Liceu Paraibano, a Faculdade de Direito de Recife, os cargos burocráticos e a imprensa marcavam essa geração do início do século XX, que atuava no IHGP enquanto porta voz de um discurso paraibano (OLIVEIRA, 2011).

O Instituto carregava para si, desde então, a missão de definir uma *paraibanidade*, pautada nos elementos característicos do seu povo, passando a abrigar diversos documentos sobre o estado. Consta na página oficial do Instituto, que o mesmo possui cerca de 30.000 títulos (IHGP, s/d). Desta forma, ele se constrói como detentor de uma história oficial pela própria instituição física, abrigando inclusive o acervo de Ademar Vidal, doado pela família. Outro mecanismo de divulgação e propagação desses discursos foi através dos periódicos da entidade, com a publicação constante de livros, como os exemplos do primeiro tópico.

Esses espaços e cenários não apenas possibilitaram a divulgação de uma obra ou sujeito, mas também foram detentoras de possibilidades que atuaram e influenciaram na elaboração de um intelectual. Ademar Vidal circulou entre gabinetes, adentrou o Instituto subiu e desceu as escadas que lá estão. Foram madrugadas depositando na máquina de escrever suas observações, partilhas, ensejos, travando para si muitos trajetos, em partes pela carreira jurídica, principalmente, pelas relações estabelecidas.

Ele fez parte de uma geração que tinha a necessidade, fruto do próprio momento histórico, de escrever o Brasil, de expor seus espaços de pertença, de partilhar suas versões. Entendemos esse sujeito enquanto um “ator político” em constante efervescência, buscando espaço, construindo-se. As múltiplas atuações intelectuais, formas e perfis foram elaborados diante das necessidades da época e espaço de cada geração, originando novas atividades interligadas às interações intelectuais. Como podemos observar nos vários espaços circulados por Ademar Vidal, conciliando com sua carreira profissional.

Em uma carta datada de 15 de agosto de 1977, enviada ao potiguar Luís da Câmara Cascudo, Vidal relatou como a carreira jurídica tornara-se uma necessidade diante das dificuldades econômicas, ao invés de uma carreira exclusivamente intelectual: “Desde 1923 que fui obrigado a abraçar o foro com suas terríveis implicações jurídicas tão contra meu gosto. Exerci funções públicas a ele ligadas intimamente. Que jeito? A pobreza do nosso Nordeste tem obrigado a muitos se dedicarem a posições não de seu agrado.” (VIDAL, 1977, s.p.). No momento da escrita, ele já estava com 80 anos, evidenciando uma bagagem e uma carga de análise dos seus feitos ao longo da vida. Como o mesmo explica, muitos de sua geração necessitaram permanecer nessas variadas atuações profissionais, vinculando-se aos cenários jurídicos e políticos, porém permanecendo com as produções pessoais.

Compreendemos que o folclorista também é uma formulação intelectual, tendo em vista não apenas o perfil de quem elaborava os estudos culturais, mas também as motivações inseridas nas pesquisas e nos escritos folclóricos. O contexto histórico-social da década de 1940 foi um dos propulsores nessas diversificadas atuações profissionais e intelectuais, que marcaram a geração nascida no final do século XIX. Assim, o folclorista foi uma ferramenta de expansão e formulação de discursos intelectuais.

Como observou Albuquerque Júnior (2013, p. 127) “[...] o folclorista, em nossa sociedade, estaria longe de se ser um especialista, mais sim um profissional que transita por distintos campos do saber e por distintas profissões [...]”. Assim, partindo, primariamente, de uma formação erudita e intelectual, tendo suas ações valorizadas pelo Estado, nas décadas de

1930 e 1940, por investir em um discurso identitário, valorizando e criando Brasis. Nesse trajeto de produção, Ademar Vidal atuou fortemente em instituições que valorizaram o discurso folclórico e a elaboração de uma identidade local e nacional, orientando sua produção e fortalecendo a construção desse intelectual enquanto representante da Paraíba.

CAPÍTULO II - ATUAÇÃO VIDALIANA E O CENÁRIO DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS NA DÉCADA DE 1940

[...] Ademar Vidal, exaltaria o homem nordestino, seu povo e sua terra. Exaltaria o cangaceiro, o peão, o trabalhador humilde, que assim como ele deixaram sua terra amada para viver como emigrante nos estados do sul. [...] Em verdade, parte da obra literária de Ademar Vidal trata do homem nordestino, do sertão e das peculiaridades da região. O amor por sua terra transformava sua residência num pequeno enclave nordestino no coração do Rio de Janeiro. [...] Sem dúvida, a cultura e a paixão pelo povo nordestino foram pontos de referência que nortearam tanto a vida como as obras de Ademar Vidal. (TRIGUEIRO, 1999, s.p. apud VIDAL, 2010, p. 72-73).

O discurso ao qual pertence o trecho foi escrito por Gilberto Vidal Trigueiro, filho de Alice Vidal, para homenagear o avô em um evento na Paraíba, o Centenário de Ademar Vidal, em 1999. O mesmo foi lido por Alice Vidal na Academia Paraibana de Letras (APL), instituição que teve seu pai como membro. Em seu relato o neto destaca que, por ter sido uma “pessoa reservada”, se estivesse fazendo aquele discurso o avô atribuiria homenagens a outros, ressaltaria o companheirismo de Maria do Céu Lins Vidal e também evidenciaria os sujeitos e os elementos paraibanos registrados ao longo de sua obra.

Registrar, vivenciar e narrar versões sobre a Paraíba esteve além da máquina de escrever para Ademar Vidal. Como uma forma de permanecer interligado à terra natal, resguardou-a através dos hábitos, construindo para si e expandindo aos familiares o zelo com a identidade paraibana. Essa foi também uma forma para dar continuidade à projeção intelectual construída enquanto um representante, autorizando seu discurso enquanto escritor e figura “política” desse espaço. Desta forma, os elementos elencados em sua obra evidenciam essa relação identitária, ressaltando sujeitos, vivências, características, contextos políticos e sociais que foram consagrados e fixaram visões e versões que, apesar do tempo, ainda são associados e legitimados.

Como destacou o neto, a distância física de Vidal da Paraíba não fora suficiente para desvincular seu sentimento de pertencimento, funcionando como um mecanismo de ampliação e motivação de uma identidade, visto que esse sentimento de pertença justificou permanecer na elaboração dos discursos perpassados em suas produções.

Compreender essa elaboração do folclorista requer embarcar em registros pessoais que relatam essa construção. Por isso, utilizamos trechos de algumas correspondências enviadas

por Ademar Vidal ao companheiro de pesquisa, e amigo, Luís da Câmara Cascudo. Nelas foram registradas as atualizações dos estudos vidalianos, suas dúvidas e compartilhamento de informações, bem como se evidenciam as vivências pessoais, os ensejos, desabafos e esperanças. Os interesses intelectuais e a construção do folclorista passaram a ser relatados, assim como o desenvolvimento desse perfil em ações práticas, a partir da criação de uma instituição paraibana voltada para pesquisas folclóricas. A Sociedade Paraibana de Folclore foi fundada em 1941 e esteve em funcionamento, segundo os registros nas correspondências, até 1944, quando Ademar Vidal mudou-se com a família para o Rio de Janeiro-RJ.

Percebemos a atuação dessa instituição a partir das pesquisas folclóricas elaborados por seu fundador, como o envio de um inquérito aos colaboradores do interior da Paraíba, no início da década de 1940, intitulado “Inquérito de Ademar Vidal entre Sertanejos”, localizado no fundo documental vidaliano no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP). O mesmo abordou diversas temáticas em torno das vivências cotidianas, sociais e econômicas dos sertanejos. Desta forma, além de coletar informações e registros, podemos perceber a articulação de uma rede intelectual que se elabora a partir da interação sobre a cultura, em particular a cultura popular, fonte utilizada nas produções vidalianas.

Seus escritos folclóricos estiveram em circulação a partir de periódicos, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950, com destaque para a revista *Brasil Açucareiro*, *O Jornal* e o *Diário de Pernambuco*⁸. Além de temáticas culturais, as publicações vidalianas abordaram o cenário político nacional e internacional, com destaque para a chamada “Revolução de 1930” e a “Segunda Guerra Mundial”⁹, também apresentam discussões sobre migração, a Paraíba no âmbito sociocultural, crítica literária e outras abordagens. Esses periódicos foram localizados no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

O contexto histórico no qual decorreu o Movimento Folclórico Brasileiro é fundamental para entendermos essas múltiplas atuações vidalianas e direções que foram delineando sua produção. Investigar o posicionamento de Ademar Vidal e a compreensão sobre esta área de estudos culturais nos permite identificar a própria singularidade de sua obra.

⁸ No capítulo seguinte abordaremos as publicações vidalianas reunidas no livro *Lendas e Superstições* (1949) e analisaremos os elementos característicos de sua produção folclórica e o uso enquanto fonte para elaboração de uma paraibanidade cultural.

⁹ Conflito militar que ocorreu de 1939 a 1945, com a participação das principais potências da época.

A chamada “Revolução de 1930” instaurou no Brasil a ideia de uma nova “ordem”. A ascensão de Getúlio Vargas e sua permanência até 1945 foram marcadas por conflitos, autoritarismo, centralidade do Estado e a tentativa de controle social, a partir de diversos elementos que iam desde as leis trabalhistas aos meios culturais. O Estado passou a exercer tutela sobre a população, tomando para si a responsabilidade de interferir na organização da sociedade. Como aponta Mônica Pimenta Velloso (1982, p. 72), o Estado “[...] se auto-elege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o “bem público” o móvel de sua ação. O que se verifica, portanto, é um deslocamento de atribuições, onde o Estado assume funções que até então estavam sob o encargo dos diferentes grupos sociais.” Esse direcionamento do Estado configura-se uma manobra de coesão e justificativa desta nova fase na política brasileira. A partir desta evocação de um novo tempo, sua atuação se desenrola na elaboração de uma figura dotada de preocupação com o bem-estar social, interferindo em diversos setores e nas relações sociais.

Segundo Maria Helena Capelato (2007), com a instauração do Estado Novo (1937-1945) iniciou-se uma nova fase política, organizada a partir de fortes interferências do Estado com o estabelecimento de leis e regras. No entanto, os contextos da Segunda Guerra Mundial e de divergências internas contribuíram para a continuação de uma efervescência de ideologias. Esse período foi marcado pela tentativa de legitimação, caracterizando-se por modificações que “[...] ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas.” (CAPELATO, 2007, p. 113).

A interferência do Estado pautava-se em angariar apoio diante da sociedade para legitimar o governo. Desta forma, utilizava-se de uma série de mecanismos de propaganda que enalteciam a figura de Getúlio Vargas, enquanto líder capacitado e dotado de empatia com as causas sociais. O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 1939, sobre o preceito de divulgação do governo varguista e também como órgão de censura, principalmente, aos críticos do governo vigente. Segundo Velloso (1982, p. 169):

[...] nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar nem recorreu a aparatos de propaganda tão sofisticados conforme fez o Estado Novo. É evidente que na construção dessa imensa e compactada rede ideológica os intelectuais serão personagens de importância essencial.

Os intelectuais foram convocados para fazerem parte do governo, tanto em cargos públicos, vinculando-se em muitos momentos à política e atuando principalmente enquanto teóricos do Estado. Desta forma, os periódicos vinculados ao governo passam a contemplar longos elogios ao Estado e a Vargas. Os intelectuais foram chamados para a “arena política”, conforme apresentou Monica Pimenta Velloso (1982, p. 153), enquanto “representantes da consciência nacional”. Para isto, o principal meio de formulação e divulgação dos discursos intelectuais sobre o Estado foram os periódicos, como a revista *Cultura Política*, que circulou entre 1941 a 1945, sendo voltada para a elaboração teórica da política ideológica do governo varguista, enaltecendo desde a chamada “Revolução de 1930” à “renovação política”.

Ademar Vidal escreveu uma série de textos para a revista *Cultura Política*, como o artigo *Condições sociais do camponês na região nordestina*, publicado em agosto de 1941, abordando, como o próprio título aponta, mudanças sociais no mundo do trabalho. Para ele, a “revolução” propagara novas formas de condução política, alterando a vida social através do estabelecimento de leis e direitos. Como podemos observar no trecho a seguir: “A nova política social da Revolução criou um ambiente favorável aos interesses do homem brasileiro. Ela vem promovendo um movimento de planificação por intermédio das realizações e penetrações das ideias salutaras de amparo social.” (VIDAL, 1941, p. 13).

Conforme as ideias de Vidal, o país adentrara em outro momento histórico, igualando-se as outras nações, seria então uma “renovação”. Ademar Vidal defendeu a “revolução” em diversas publicações, evidenciando tanto a figura de João Pessoa, tido como mártir, quanto a política desenvolvida na época. Para Velloso (1982, p. 93): “O que fica claro no discurso transmitido, notadamente o da *Cultura Política*, é que há uma coincidência de interesses entre a política implementada pelo Estado e os anseios dos intelectuais.”

Esses intelectuais tomaram para si a missão de narrar o Brasil a partir de uma nova perspectiva, evidenciando e elaborando elementos que representariam a identidade nacional. Como aponta Sergio Micelli (2001, p. 197), a relação entre o Estado e os intelectuais “[...] se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.” A cultura passou a ser o cenário de atuação política do Estado, ressignificando a própria ideia do popular, anteriormente visto como razão do atraso da nação, elemento negativo, passou a ser compreendido como detentor de uma autenticidade da cultura nacional, conseguindo superar a imagem negativa a partir da tutela do Estado. Sobre isso, afirma Velloso (2007, p. 174):

O povo é a “alma da nacionalidade”, as elites é que se distanciaram dessa alma quando se deixaram fascinar pelos exemplos alienígenas [internacionais]. Dando as costas para o “país real” elas se ausentaram, se eximiram de sua responsabilidade diante da nação. Por isso, cabe somente a elas redescobrir a nacionalidade que sempre esteve presente intuitivamente no povo. Esse tipo de raciocínio vem, portanto, fundamentar a intervenção do Estado na organização social. [...] visto como a única entidade capaz de salvar a identidade nacional. [...] A imagem do Estado “pai grande” e a do intelectual salvacionista se entrecruzam, então, em direção ao popular. Cabe ao intelectual auscultar as fontes vivas da nacionalidade, de onde emana a autêntica cultura. Nessa perspectiva, a reflexão sobre a nacionalidade deve necessariamente ser inspirada no rico manancial popular.

Nessa perspectiva, diversos agentes ressaltaram o popular como elemento representativo de uma identidade nacional. Suas manifestações culturais foram utilizadas como fonte para elaboração de discursos identitários. A cultura popular tornou-se a base para o desenvolvimento de um tipo particular de estudo: o folclórico. A década de 1940, com os incentivos do Estado, foi fecunda para a realização desses estudos culturais.

Albuquerque Júnior (2013) apresentou o Folclore como o estudo elaborado por intelectuais pertencentes a uma formação elitista, que produziram seus estudos sobre práticas culturais de grupos que “carregariam” a essência da nacionalidade, guardiões de uma cultura originária e em extinção. Ao mesmo tempo, os estudos folclóricos permitiram e possibilitaram marcar discursos sobre o regional e o nacional, principalmente sobre o Nordeste que segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 21):

[...] através de suas pesquisas, de seus escritos, de suas ações institucionais e de suas práticas, foram definindo e instituindo o que deveria ser visto e dito como sendo a cultural desta região, aquilo que seria típico, particular, singular, autêntico deste espaço e que manifestaria, portanto, sua própria essência, sua própria identidade.

Esta elaboração desponta das mudanças sociais que estavam ocorrendo, como a ascensão das elites agrárias, a ocupação de espaços, a instauração de novas classes sociais despertam o descobrimento de sujeitos que representariam a antiga ordem social e abrigariam a tradição ressignificada a partir da indústria e do comércio. O “povo”, guardião dos antigos costumes, estaria carregado da “essência da nacionalidade” (2013, p. 47), seria “ingênuo, simplório, subserviente, embora corajoso, destemido, até heroico” (2013, p. 49). Enquanto isso:

O folclorista tende a se apresentar, inclusive, como representante de sua região, como um defensor de seu espaço, como alguém que através de seu trabalho traz à tona os tesouros culturais, as tradições que legitimariam aquele espaço, que demonstrariam a sua importância para a cultura nacional. O folclore regional seria a expressão da particularidade desta área e motivo mesmo de reconhecimento de sua existência autônoma. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 52).

O folclorista foi um tipo particular de intelectual voltado ao cenário cultural, divulgando seus estudos em periódicos de grande circulação e se organizando em torno de grupos, instituições culturais que se pautavam em organizar e sistematizar os estudos folclóricos. Como sistematiza Ewerton Wirley Silva Barros: “Em outras palavras, o folclore seria o resultado das expressões que as pessoas manifestam e que perpassam de umas para as outras através de milênios. Delimitando melhor, seria a identificação da continuidade de expressões realizadas há milênios no tempo presente.” (BARROS, 2018, p. 48).

Nesse campo de atuação, Ademar Vidal participou ativamente na realização de estudos folclóricos na Paraíba, destacando diversos elementos tidos como representantes de uma identidade paraibana. Perceber Ademar Vidal enquanto um folclorista é tentar analisar sua obra segundo os preceitos que estabeleceram os estudos folclóricos, percebê-lo como um construtor de um discurso, como de outros intelectuais que buscaram definir uma identidade espacial a partir dos estudos culturais.

Podemos perceber o desenvolvimento desse campo na obra vidaliana, a partir dos elementos registrados em sua produção, como elenca o próprio neto do autor em seu discurso, fazem parte de uma abordagem temática de um ciclo de produção característica do perfil do pesquisador cultural, em particular nordestino, do final do século XIX e meados do século XX. Assim, a composição de redes intelectuais que traçaram o cenário cultural, especificamente na cultura popular, os seus espaços de pesquisas e escrita, serviram como ferramenta e “laboratório” para elaborar discursos acerca de uma identidade nacional.

Apesar da institucionalização dos estudos folclóricos, o campo não conseguiu adentrar enquanto disciplina no espaço acadêmico, sendo inclusive deslegitimado nesse espaço a partir das disputas com as Ciências Sociais, que conseguiram se estabelecer no discurso acadêmico. Na disputa com as Ciências Sociais o “movimento folclórico, mesmo tendo sido em grande parte derrotado ao longo do processo de consolidação do campo intelectual brasileiro, teve na criação de instituições um dos seus objetivos centrais.” (VILHENA, 1997, p. 75).

Desta forma o discurso folclórico tornou-se, na década de 1940, um campo de disputa, ainda como bem afirma Michel Foucault “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que

traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Para ocupar o púlpito de fala, autoridade e dominância, instituições, redes intelectuais e o Estado colocaram-se como representantes desses discursos, enquanto elaboradores de versões da brasilidade, que se encontravam em diversas características, mas que também diferiam pelos elementos particulares elencados, enaltecimentos, esquecimentos ou negações.

2.1 O Folclorista em Trocas Epistolares e a Instantânea Sociedade Paraibana de Folclore

Perceber em qual momento Ademar Vidal se construiu enquanto folclorista é uma tentativa de entender como sua obra ganhou novos contornos a partir de uma maior inserção do cenário cultural popular. Antes, é necessário salientar que este processo de construção parte, primariamente, de uma elaboração intelectual, que exigiu uma dedicação, reconhecimento e uma bagagem simbólica. Antes de ser o estudioso da cultura paraibana, o escritor embarcou nessa elaboração primária, a partir de uma interação política e da associação à imprensa paraibana. Esse processo se deu durante as décadas de 1920 e 1930. Ou seja, a projeção vidaliana destacava-o no circuito intelectual nordestino.

Dentre os movimentos que Ademar Vidal se filiou, principalmente pelo contato com Gilberto Freyre (1900-1987), destaca-se o regionalismo. Diante da proposta de enfatizar a região Nordeste em seus aspectos identitários, “[...] apoiado em um movimento intelectual e político, que visava estabelecer as bases simbólicas e identitárias do Nordeste, como região dotada de características próprias em relação às demais.” (ROSA, 2006, p. 54). Para ter acesso a essas raízes seria necessário movimentar-se em busca de uma tradição, resultando em um “sentimento de unidade” (ROSA, 2006).

Com sede em Recife, o Centro Regionalista do Nordeste foi fundado em 1924. No intuito de reunir sujeitos e ações efetivas para divulgar a própria entidade e o movimento, foram realizadas conferências, exposições, entre demais atividades. Como marco dessa agitação literária proposta, foi feita a publicação de uma coletânea de ensaios intitulado *Livro do Nordeste* (1925), no qual consta a publicação vidaliana *Um século de vida parahybana (1825-1925)*. Ademar Vidal fez parte desse ciclo intelectual que montou e defendeu discursivamente o Nordeste.

Na fotografia presente na figura 2, a seguir, localizada no IHGP, os sujeitos expostos posaram evidenciando uma pretensão e uma intencionalidade. Ela demonstra uma circularidade intelectual, na qual o paraibano se inseria. Juntamente com Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, as produções de Vidal tiveram fortes influências do movimento regionalista. Embora não signifique uma completa adesão ou totalidade de sua obra voltada para este movimento. Cada espaço e temporalidade teve fortes contribuições na sua produção, acrescentando elementos, temáticas ou deixando de lado outras abordagens. A fotografia é de 05 de abril de 1933, tirada no Rio de Janeiro-RJ, conta com um grupo seleta de indivíduos: Cícero Dias (pintor), Gilberto Freyre (escritor), Sergio Buarque de Holanda (historiador), Ademar Vidal (escritor), Rodrigo Melo Franco (jornalista) e Antônio Bento de Araújo Lima (jornalista).

Figura 2: Em pé, da esquerda para a direita: Cícero Dias, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Ademar Vidal; sentados, da esquerda para a direita: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Antônio Bento (1933).



Fonte: Arquivo Ademar Vidal (IHGP, 2019).

Podemos elencar que o movimento regionalista contribuiu com dimensão temática e de abordagem aos escritos vidalianos, principalmente, no que diz respeito a presença do negro em solo paraibano, temática desenvolvida em longos estudos por Ademar Vidal. Além do

apego as ditas tradições, como elementos compositores de uma singularidade espacial e identitária do Nordeste. Discursos partilhados e defendidos pelos folcloristas da década de 1940.

O Movimento Folclórico Brasileiro, responsável por reunir os intelectuais nos anos 40 que pensaram o Brasil a partir do folclore e da cultura popular, contribuiu na orientação da obra vidaliana para o âmbito cultural. Até então suas produções se destacavam por uma carga social e política, ganhando novos contornos com sua adesão à Sociedade Brasileira de Folclore e com a fundação e presidência da Sociedade Paraibana de Folclore.

Na carta de 29 de dezembro de 1941, o paraibano comunicou a Câmara Cascudo a fundação da Sociedade Paraibana de Folclore, uma congênere da Sociedade Brasileira de Folclore fundada no mesmo ano na cidade de Natal pelo potiguar. Essa tinha como missão organizar e estruturar os estudos folclóricos, contou com uma lista de membros nacionais e internacionais, esquematizando uma atuação metodológica para as pesquisas folclóricas, que serão abordadas posteriormente. Ademar Vidal ocupou a presidência da entidade paraibana, no mesmo período em que presidia o IHGP.

Já na correspondência de 08 de abril de 1942, enviada a Câmara Cascudo, percebemos a estrutura de uma produção vidaliana folclórica, relatada ao amigo colaborador:

Meus trabalhos sobre folclore andei passando uma revista e vi que já é grande: três livros e três folhetos --- e quase tudo inédito. Que tal? A Parahyba aparecerá breve a correr na pista dos outros estados. Claro que sem o brilho de um Rio Grande do Norte que vê na linha de frente um Cascudo levado do capeta. Mas dará seu recado. Ando alegre e leve. (VIDAL, 1942).

A produção vidaliana já ganhava consistência, além do desejo de ver a Paraíba ganhar espaço no cenário da produção folclórica. Na mesma carta, Vidal ressaltou a vontade de ampliar a entidade com a participação de vários membros. Ao longo das 15 correspondências, do início e meados da década de 1940, Ademar Vidal relatou seus interesses de estudos culturais, além do processo de publicação, como o livro *Lendas e Superstições* (1949), que reúne um grande trabalho folclórico sobre as estórias partilhadas ao longo do litoral, brejo e sertão nordestino, com destaque para as estórias paraibanas. A obra esteve desde 1942 em edição, sendo publicada apenas em 1949, por isso as constantes publicações em periódicos, que era um processo mais rápido e econômico.

Ainda, sobre o folclore:

Sempre olhei o folclore com interesse mas sem espírito científico... e creio que continuarei pelo mesmo caminho. Outros se encarregarão de obter melhores resultados do material que irei colhendo pacientemente. Estarei errado? Posso dizer-lhe sem vaidade que, se fosse possível obter editor fácil, sem maiores desejos econômicos, entregaria dentro de breve tempo de três a quatro livros, todos eles de feição folclórica. (VIDAL, 1943).

Podemos perceber que sua frustração com a produção folclórica tem relação direta com o mercado editorial da época, visto os altos valores para publicação. Desta forma, Vidal toma para si a realização da coleta folclórica, ou seja, o registro de material cultural para que possa futuramente ser organizado e publicado. Em decorrência disso, evidenciamos que muitos de seus inéditos e demais textos possuem como fontes essas pesquisas folclóricas, porém foram organizadas ou publicadas posteriormente. Ao longo da carta, datada de 23 de janeiro de 1943, Vidal expressa o desejo de juntar-se com alguém para montar uma editora para facilitar a publicação de seus estudos folclóricos.

Isso explica a já mencionada dificuldade de manter-se apenas vinculado às produções literárias, o que lhe demandava uma múltipla atuação profissional, exercendo cargos jurídicos como de procurador da República. Apesar da ocupação oficial, a máquina de escrever continuava registrando inéditos sobre a terra natal, marcando espaços, sujeitos e histórias classificadas enquanto folclore local. Uma forma de compreender sua atuação no campo cultural é inclinar-se sobre a Sociedade Paraibana de Folclore, no intuito de mapearmos suas concepções folclóricas e produção nesse âmbito.

“Criada para estudo de caráter nacional” é dessa forma que Ademar Vidal (s/d, p.1) apresenta, no prefácio do inédito *Práticas e costumes afro-brasileiros*, a SPF, fundada em dezembro de 1941. A entidade atuou no cenário paraibano de 1941 a 1944, tendo diversos correspondentes ao longo do estado de diversas atuações profissionais, como médicos, advogados, prefeitos, vaqueiros, agricultores, entre outros. Esses foram responsáveis por contribuir com pesquisas culturais acerca da cultura popular paraibana, através do registro de hábitos e vivências de âmbito social, cultural, econômico e político. Esses materiais coletados serviram como fontes para a produção vidaliana, principalmente as de natureza folclórica.

Ainda no inédito, Vidal reafirmou o compromisso e atuação e relevância de sua instituição:

Os alicerces, pois, se encontram lançados, é de esperar que o caminho seja alargado para que outros ventos circulem proveitosos aos estudos folclóricos, inteligentes esforços para execução de programa útil em pesquisas concernentes a todas as formas de esclarecimento sobre a

formação de um povo, seus estilos, modo de viver, detalhes, tudo quanto constar, esforço este que cabia à Sociedade Paraibana de Folclore. Para tanto conseguir em luta individual foram feitos inquéritos nas cidades e no interior, foram recolhidos informes preciosos, alguns divulgados. Assim, mostram os anexos também o que precisa fazer. O trabalho não pode cessar quando existe um mundo de mistérios a ser desvendado com paciência pachorrenta: amor ao que precisa ser esclarecido para o prestígio maior de uma gente altamente dotada de sensibilidade e espírito criativo. (VIDAL, s/d, p. 1).

Podemos extrair também a justificativa principal para a realização desses estudos folclóricos, que seria a explicação sobre a formação de um povo: o paraibano. Essa necessidade está no cerne de elaboração de uma identidade nacional a partir do âmbito cultural, seria a partir da cultura popular que se encontraria a autenticidade e tradições que formulariam uma nacionalidade. A SPF seria portadora de iniciativas para a realização dos estudos folclóricos. Sua atuação ocorreu principalmente a partir de uma rede de colaboradores, que contribuíram com o registro da cultura popular. Esse processo de registro se dava através de inquéritos, com diversas abordagens, dos hábitos à forma de trabalho.

Os questionamentos pautavam-se nas seguintes temáticas: a pecuária, oralidade, festas e reuniões sociais, mestiçagem, rituais, vestimentas, artesanato, transporte, músicas e danças, preferências literárias, fotografias, moradias, seca, estrutura familiar, atuação do Estado, brincadeiras e brinquedos, atividades de lazer, fauna, comparação do “passado” com o “presente”, registro sobre a infância e as festividades. Além desses elementos, durante o inquérito, havia a ressalva de registrar os métodos de coletar dessas informações. O que denota o cuidado com a pesquisa cultural, assim como o procedimento estava associado a uma metodologia que caracterizaria os estudos dos folcloristas. Desta forma, havia a preocupação de realizar a coleta de acordo com os procedimentos autorizados por outros estudiosos da cultura.

Assim como o inquérito disponível no acervo de Ademar Vidal, no IHGP, conseguimos ter acesso a dois retornos dessa pesquisa cultural: uma carta do padre Manoel Otaviano da cidade de Piancó e outra de Irineu Rangel de Farias, na época, prefeito do município de Taperoá. O padre evidenciava que o trabalho expedido pelo escritor era longo e, naquele momento, dispunha de pouco tempo e recursos para fazer algo elaborado, mas estaria realizando o trabalho e em breve enviaria o que havia sido solicitado: “[...] com o desejo que tenho de atender a sua solicitação, admirando-o como homem de letras, lendo-o sempre, tudo o que me chega às mãos com certa avidez, sinto prazer pela oportunidade de fornecer-lhe essas informações do meu sertão que, talvez, lhe sejam uteis.” (OTAVIANO, 1942). Além de

correspondente, o padre se revela um leitor das produções vidalianas e se mostra à disposição para colaborar com aquilo que estiver em seu alcance.

Essa troca de materiais e a disponibilidade de colaboração evidenciam as linhas que teceram uma rede de colaboradores. Eram sujeitos de diversos lugares da Paraíba preocupados em escrever ou ajudar a formular versões sobre esse espaço, a partir de seus lugares de vivência. Como podemos perceber a partir do retorno de Irineu Rangel de Farias que, em 1942, enviou uma versão resposta do inquérito vidaliano.

Além disso, através da pesquisa cultural, podemos perceber impressões e temas que, para Ademar Vidal, estariam correlacionados, em particular, ao espaço e vivências sertanejas. Juntamente, com as correspondências enviadas a Câmara Cascudo, conseguimos mapear os estudos vidalianos e seus interesses de pesquisas. Como evidencia ao longo de algumas correspondências de 1942 e 1943, o interesse em estudar meios de transportes, inclusive, na carta datada de 07 de dezembro de 1942 solicitou ao potiguar material referente à jangada e ao carro de boi, em carta posterior anunciou que realizou um trabalho sobre o carro de boi na Paraíba.

Ao longo das cartas o paraibano relatava as produções que estariam para serem publicadas ou em edição. Entre os temas de produção da época, ele evidenciou o negro no cenário paraibano e o sertão paraibano, destacando o envio de inquérito ao interior do estado e o aguardo do retorno de informações sobre esses e outros temas. Sobre esse espaço, Ademar Vidal (1942, s.p.).revelou:

É um confronto entre o passado e o presente não só quanto aos hábitos e costumes como ainda no que se refere à vida propriamente material. Dentro do ciclo se acha tudo que interessa ao homem. Enfim resumirei nisto: vida rural... casa, gado, meio físico; vida de cidade; tradições; música, dança, canto; poderia ter o nome que tem o seu: “Etnografia Tradicional do Brasil”.

Percebemos assim quais aspectos sertanejos estavam no centro de sua percepção sobre este espaço. No inquérito destacam-se essas questões:

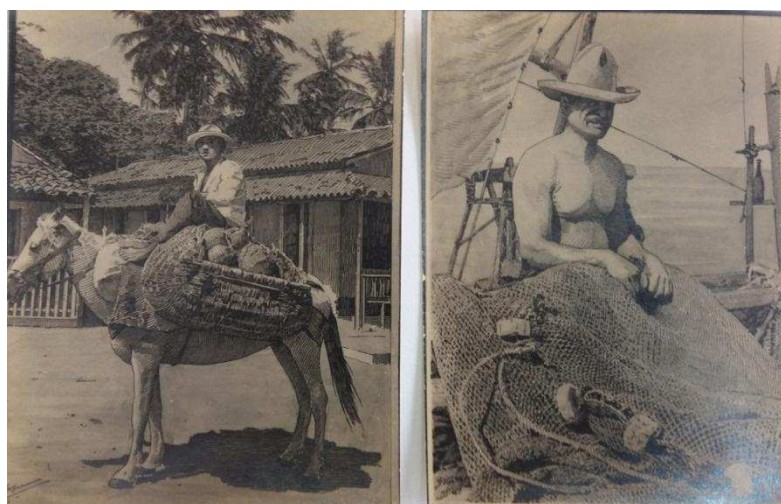
- Entre os sertanejos há negro? Existem caboclos? Qual o tipo preponderante?
- Quais são os veículos de transporte? Descrevê-los minuciosamente: qual a madeira empregada, os nomes das peças, as dimensões, etc.
- Descrever a casa grande da fazenda e também do simples morador. Há distinção entre a vida que se leva no campo e na cidade? Em que consiste?

- Revelar a existência antiga e atual da família, sua organização, seus hábitos e costumes, vida patriarcal, influencia moderna, etc.
- Arranjar o maior número possível de retratos de casas, animais, paisagens, árvores, tipos populares, pessoas de relevo, grupos, tudo que tenha significação e sirva para estudos sociológico. (VIDAL, 1942, s.p.).

Podemos evidenciar alguns interesses a partir das questões destacadas, como o interesse em compreender a estrutura de vivência social, cultural e econômica dos sertanejos. Por isso, as indagações de âmbito geral e particular, com destaque para os hábitos e costumes, a relação desses sujeitos com seu espaço e a própria constituição do sertão. Assim, compreendemos a preocupação em identificar os elementos constituintes de uma singularidade sertaneja para, desta forma, delinear a estrutura familiar, de moradia, da miscigenação, e outros aspectos fundamentais para elaborar esse tipo sertanejo em sua obra.

Além disso, a solicitação de materiais que comprovem esses registros ou informações faz parte da sua metodologia enquanto folclorista, elaborando uma obra pautada em fontes. Localizamos no acervo do IHGP alguns retratos que representariam essa cultura popular buscada por Ademar Vidal. Tratam-se de fotografias que apresentam sujeitos como vaqueiros, pescadores, vendedores, músicos, negros cozinheiros ou vendedores de fumo. Como as que seguem abaixo:

Figuras 3 e 4: Vendedor de corda – Tambaú / Pescador em posso (s.d.)



Fonte: Arquivo Ademar Vidal (IHGP, 2019).

Figura 5: Engenho de Outeiro: uma carga de caçuás entre dois vaqueiros (1915)



Fonte: Arquivo Ademar Vidal (IHGP, 2019).

Figura 6: Vida sertaneja: o vaqueiro e o pastoreio (s.d.)



Fontes: Arquivo Ademar Vidal (IHGP, 2019).

Na pasta de fotografias do acervo vidaliano consta uma série de fotografias que seriam de expressão popular, evidenciando os sujeitos em seu trabalho, como vendedores, vaqueiros ou pescadores. No verso algumas consta alguma informação, porém poucas apresentam o local, não possuem data ou referência de como o escritor paraibano as obteve. No entanto, como já evidenciamos no inquérito de sua autoria, a solicitação de fotografias de populares, em seu cotidiano, ao longo do estado era comum. Por isso evidenciamos sujeitos de diferentes localidades, que estão vinculados às concepções vidalianas de especialidades que compuseram a Paraíba.

Os questionamentos apresentam temáticas que foram abordadas em diversas produções vidalianas. Seu interesse era ter acesso, a partir do registro de seus colaboradores, à cultura popular, fonte primária para os estudos folclóricos, logo, fonte essencial na elaboração identitária da Paraíba na sua obra. Dessa forma, ao longo de sua obra, Ademar Vidal enalteceu as possibilidades de pesquisas da terra natal: “A Paraíba tem o privilégio de contar com boas fontes cristalinas para investigações, sem tocar em possibilidades outras como cultura popular de uma riqueza essencial, possibilidades escondidas, bastando que leiam e examinem o que ela tem de sobra.” (VIDAL, 1979, s.p. apud ROSA, 2006, p. 103).

Vidal apropria-se do seu espaço para elaborar um discurso identitário. O trecho trata-se de um inédito de 1979, no qual retrata a visão do escritor sobre a Paraíba, um cenário rico em elementos culturais, fecundo para os estudos folclóricos e em possibilidades intelectuais. Por isto a SPF atuou como entidade que buscava resguardar a cultura popular paraibana. O material coletado serviu como base para diversas produções vidalianas elaboradas posteriormente à extinção dessa entidade após ir para o Rio de Janeiro-RJ, em 1944. Maria Nilza Barbosa Rosa (2006, p. 40) aponta que:

Para Ademar Vidal, as pesquisas contribuem para esclarecimentos sobre a formação de um povo, seus estilos de vida, detalhes, tudo quanto atestam, “esforço este que cabia à Sociedade paraibana de folclore”, porém, em “luta individual” foram feitos inquéritos nas cidades e no interior, “recolhendo informações preciosas”, que resultaram no inédito “*Visitação ao interior do Nordeste*”. Para ele, o contato com “o material folclórico nordestino seria uma das formas de se evitar a massificação e a colonização”. A massificação não se refere apenas a um conjunto de pessoas que promove alguma transformação nas sociedades; a massificação é um tipo de comportamento coletivo dentro do qual as pessoas não podem agir isoladamente, elas movem-se, dispersam-se de maneira induzida. Além disso, Ademar conhecia a necessidade da descolonização que existia em relação aos dois grandes centros culturais, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente o Rio de Janeiro, pela forte tendência que a República herdou do Império.

Desta forma, para Ademar Vidal, o folclore seria uma fonte que permitiria compreender a formação do povo brasileiro, em particular do nordestino, e a partir, deste entendimento descentralizar a nacionalidade da região sul. Tendo em vista, que as singularidades nordestinas seriam evidenciadas e evocadas nessa elaboração de uma identidade nacional, seriam reconhecidos nesse espaço elementos que abrigariam uma cultura originária.

Como forma de apresentar a entidade no cenário dos estudos folclóricos e divulgar a iniciativa paraibana na organização e coleta dos registros da cultura popular, Ademar Vidal solicitou a Câmara Cascudo que divulgasse a Sociedade paraibana em alguma de suas publicações constantes em periódicos. O potiguar escreveu o texto *Etnografia e folclore* para o jornal *Diário de Notícias*, publicado em 01 de março de 1942, no qual apresentou a entidade paraibana: “O escritor Ademar Vidal acaba de fundar a Sociedade Paraibana de Folclore, com sede em João Pessoa e de que é Presidente. A Sociedade possui delegados em todos os quarentas e um municípios do Estado e começou recolhendo copioso material etnográfico e folclórico” (CASCUDO, 1942).

A colaboração entre esses intelectuais pautou-se na divulgação de suas obras, partilha de materiais, envio de informações e livros, além da musicalização de trabalhos a partir de músicos populares conhecidos do paraibano. Essas trocas constantes de informações mostraram-se como mecanismo de fomentação de uma rede intelectual, dedicada à uma produção específica, os estudos folclóricos. Para compreendermos como essas interações folclóricas foram instauradas é necessário percorrermos por outra entidade dedicada aos estudos culturais, a Sociedade Brasileira de Folclore e sua proposta metodológica de coleta folclórica.

2.2 A “Ciência do Povo” e a Sistematização de Saberes a Partir da Sociedade Brasileira de Folclore

Em 30 de abril de 1941 foi fundada na cidade de Natal a Sociedade Brasileira de Folclore (SBF)¹⁰. Uma instituição que contava com diversos intelectuais nacionais e estrangeiros preocupados em estabelecer estudos sobre a cultura. Tinha a proposta de organizar os estudos folclóricos, que implicou a elaboração de uma metodologia para a colheita folclórica. Desta forma, criou-se um perfil para o folclorista brasileiro na década de 1940, mantendo sua atuação, pelo menos, até 1963.

Teoricamente, a SBF partilhava dos preceitos de Pierre Saintyves, no qual folclore “[...] é a ciência da cultura tradicional nos ambientes populares dos países civilizados [...]” (ESTATUTOS, 1942, p. 9), não devendo haver uma persistência na compreensão conceitual

¹⁰ Ver: BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore:** Luís da Câmara Cascudo no movimento folclórico brasileiro (1939-1963). 2018. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018. SALES NETO, Francisco Firmino; BARROS, Ewerton Wirley Silva; MARQUES, Maria Joedna Rodrigues. Folclore na província: um ensaio sobre o lugar do folclore no pensamento social do Rio Grande do Norte. In: **Estudos sobre o Rio Grande do Norte**. 1. Ed. Natal: CJA Edições, 2017, pp. 69-86.

do termo. Objetivava-se em realizar estudos locais e nacionais, interligando aspectos culturais comuns a diversas regiões e populações. Desta forma, foram fundadas em algumas filiais estaduais por membros da SBF com o objetivo de registrar e coletar manifestações culturais locais. A entidade ultrapassou as fronteiras nacionais, contando com membros de diferentes nacionalidades, expandindo o nome do Brasil no cenário internacional, elevando e consagrando também, o próprio Luís da Câmara Cascudo¹¹ nas pesquisas culturais.

Essa associação foi criada e oficializada através de dois estatutos que regulamentavam a função a ser desempenhada e também o percurso metodológico a ser utilizado pelos folcloristas. O primeiro estatuto é de 1941, publicado em opúsculo um ano depois da sua criação, no qual apresenta a estrutura, os métodos, as comissões e suas funções e estabelece uma definição aos estudos folclóricos. No entanto, não há informações neste com relação ao total de membros associados.

Já o segundo estatuto é do ano de 1949, apresentando alguns ajustes, com os mesmos objetivos explanados no primeiro estatuto. Ocorreram algumas mudanças na organização estrutural, tornando Câmara Cascudo presidente permanente, além de ter o papel de orientador¹² dos estudos desenvolvidos e também apresentando uma lista com os representantes dos diversos estados brasileiros e os membros estrangeiros. Em 1949 a SBF já contava com membros efetivos (27), titulares brasileiros (37), titulares estrangeiros (65) e falecidos (14), totalizando 143 membros.

Ewerton Wirley Silva Barros (2018, p. 48-49) evidencia a atuação internacional da SBF:

Definida a postura da Sociedade Brasileira de Folclore sobre as questões teórico-metodológicas do saber folclórico, o próximo passo seria dado em torno da expansão de sua rede institucional. A primeira forma de expansão institucional foi de sua inserção no Círculo Panamericano de Folclore (CPF). Com o lema: “um alto pensamento de unidade fraternal”, o CPF foi destinado a uma aproximação cultural que se estendia do Canadá a Argentina, de modo que proporcionou um intercâmbio de informações, livros e fotos que ampliaram a discussão e os quadros folclóricos nos países de todo território americano. Sendo assim, cada país teve um “delegado” – função com as atribuições de presidir e mediar as discussões e pesquisas. No Brasil, o cargo foi assumido e dirigido por Cascudo. No ano de 1944, a área geográfica de discussão do Círculo foi delimitada entre o México e a Argentina.

¹¹ Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A classificação: o ordenamento da dispersão. *In*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos folclore e de cultura popular**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 130.

¹² Cf. **ESTATUTOS**, 1949, p. 3.

Apesar do significativo número de membros e a expansão através de filiais em outros estados, o cenário dos estudos folclóricos foi marcado por disputas, principalmente, por aspectos políticos e intelectuais. Assim, entre os desafios enfrentados, estavam: a falta de uma sede para realizar as reuniões da SBF, que ocorriam na casa de Câmara Cascudo; e a disputa, a partir de 1947, com outro grupo de intelectuais que constitui uma entidade brasileira vinculada ao governo vigente, destinada a lidar com as manifestações culturais que já eram de interesse e foco da SBF, a Comissão Nacional de Folclore.

O MFB foi vinculado à Comissão Nacional de Folclore, pertencente ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) criado em 1946 para representar o Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa entidade internacional se voltou para as dimensões culturais como forma de promover uma valorização dos povos, em decorrência do genocídio da II Guerra Mundial. Para Paulo Anchieta Florentino da Cunha (2011, p. 25) “[...] o folclore foi tomado como elemento de congraçamento entre os povos.” Desta forma, em 1947, Renato Almeida aproveitando da sua posição no Ministério do Exterior, propôs a Comissão Nacional de Folclore. A atuação dessa entidade se caracterizou por suas iniciativas ao desenvolver eventos e campanhas destinadas ao enaltecimento do MFB, Vilhena (1997, p. 173) aponta que a instituição “[...] adotava um engajamento coletivo na defesa das tradições populares.” Para isto, organizaram diversos congressos nos quais se decidiam diretrizes a serem seguidas na elaboração dos estudos folclóricos. Em decorrência da instauração do golpe militar em 1964, essa entidade foi abalada e reorganizada.

Conforme Barros (2018, p. 54):

Com a criação da Comissão Nacional de Folclore, a circulação de ideias foi ampliada, ao tempo que as redes intelectuais e relações de poder foram ainda mais exasperadas. O objetivo da instituição foi promover e incentivar os estudos folclóricos e representar, como entidade brasileira, as instituições e os folcloristas brasileiros, nas suas relações com o estrangeiro, desenvolvendo o intercâmbio com centros de estudos e pesquisas folclóricas de outros países.

A CNF, assim como a entidade sediada na cidade de Natal, distribuiu-se em diversos estados do país com suas subcomissões. Na Paraíba, através de correspondências enviadas por Renato Almeida ao presidente da Comissão do IBECC no estado, Celso Mariz, e o presidente da APL, Oscar de Castro, solicitando a criação da Comissão Paraibana de Folclore, o primeiro

a presidi-la foi Francisco Vidal Filho. Fundada em 1948, a entidade teve diversos dirigentes, entre eles Hugo Moura que atuou de 1963-1977, sendo desativada em 1978. Ainda, atuou enquanto mediador da Comissão Paraibana com a Universidade Federal da Paraíba, executando algumas reuniões e eventos em seus espaços. A partir das diretrizes do I Congresso Brasileiro de Folclore em 1951, dedicou-se a produzir o mapa folclórico da Paraíba só sendo publicado na década de 1960, pautou-se em questionários enviados a representantes municipais ao longo do estado. Sua atuação visava integrar o Movimento Folclórico Brasileiro com a Universidade, desenvolvendo estudos e pesquisas a partir desta entidade.

Como aponta Paulo Anchieta F. Cunha, a ausência de arquivos sobre a instituição estivera associada a própria ausência de uma sede, sendo realizadas algumas reuniões na Associação Paraibana de Imprensa. Também, podemos observar a dificuldade de organização e estruturação da entidade pela troca-troca de dirigentes. Os poucos registros encontrados pertencem ao acervo da CNF, na *Revista Brasileira de Folclore* e documentação cedida pela família de Hugo Moura. Ainda: “Entre 1948 e 1978 as dificuldades enfrentadas pelos que ocupam o posto de Secretário-Geral refletem em ‘refundações’, ‘reestruturações’ e ‘reorganizações’.” (CUNHA, 2011, p. 54). A entidade paraibana não teve forte expressão além da atuação de Hugo Moura, promovendo eventos pontuais para comemorar o Dia do Folclore e reuniões em distintos espaços.

Podemos perceber que os desafios enfrentados pelas organizações preocupados com os estudos folclóricos marcaram a própria memória dessas instituições. O Folclore não conseguiu adentrar ao espaço acadêmico no Brasil. Ainda, em decorrência do reconhecimento estatal da CNF, a SBF e sua trajetória passou por despercebida pelos estudiosos do MFB.

Os registros sobre a SBF, um pouco da trajetória desta e de alguns de seus membros estão disponíveis em periódicos da época de sua atuação, principalmente, das décadas entre 1940 e 1960, apontam os compromissos, participação dos membros em congressos nacionais e internacionais, a própria fundação da associação, reconhecimento da atuação da SBF por parte de alguns colunistas, além da apresentação de algumas obras oriundas dos estudos desenvolvidos. Assim, através dos periódicos, conseguimos perceber um pouco das propostas desenvolvidas pela SBF e a atuação de seus membros nos principais congressos culturais das décadas de 1940 a 1960.

Contou com diversos membros que, apesar das diversas e distintas vivências, de várias regiões e até nacionalidades, construíram produções e apresentaram forte preocupação em

registrar e preservar manifestações culturais tidas como elementos singulares de uma identidade, primeiramente regional, a molécula constituidora de uma célula nacional. Através dessa associação podemos perceber a trajetória percorrida pelos intelectuais na construção do folclorista brasileiro, os percalços enfrentados, as disputas e as atuações políticas sobre organizações que pretendiam desenvolver estudos culturais na primeira metade do século XX.

No estatuto de 1942, a SBF era dividida em algumas comissões que administravam e estruturavam a associação. Era comandada por uma Diretoria, composta por um presidente, três comissões e dois secretários¹³. Apresentava a proposta de eleição de dois em dois anos, podendo ser prorrogado a administração se não ocorressem eleições. Ainda, segundo o estatuto era possível haver reeleição.

Cada comissão desempenhava uma função, as mesmas eram de Coordenação e Pesquisa, estava ligada à organização dos estudos e matérias coletados; Revista e Divulgação, responsável por elaborar os eventos, expor e publicar os trabalhos realizados; Orçamento e Patrimônio lidavam com as finanças da associação, o Tesoureiro era o Presidente. Este também era responsável por guardar e preservar o patrimônio artístico¹⁴. Havia outras funções desempenhadas pelo Presidente: convocar as reuniões, criar ou findar uma comissão, além de admitir membros estrangeiros e eleger os secretários.

Em caso de dissolução da SBF, o patrimônio cultural arrecadado deveria ser repassado para outra instituição com os mesmos objetivos: o desenvolvimento de estudos folclóricos. Já no segundo Estatuto, de 1949, a estrutura administrativa da associação passa por algumas modificações. A diretoria deveria ser eleita a cada cinco anos, era composta por Presidente, dois Vice-presidentes, Secretário Geral, dois secretários e um Conselho Cultural¹⁵.

O cargo da Presidência apresentou consideráveis alterações, implicando uma alta responsabilidade ao Presidente que passou a ocupar uma posição permanente. Assim, pelo compromisso, pela alta repercussão nacional e internacional da SBF, Luís da Câmara Cascudo tornou-se também mentor dos trabalhos a serem desenvolvidos. Não apenas a administração, mas como toda a responsabilidade financeira ficou dependente deste.

Esta entidade cultural foi formada por um número significativo de membros de diversas localidades nacionais e estrangeiras, com letrados de forte ligação acadêmica, intelectuais pertencentes a uma elite e em sua maioria homens. Assim, lidamos com sujeitos

¹³ **ESTATUTOS.** Op. cit., p.3.

¹⁴ **ESTATUTOS.** Op. cit., p.4.

¹⁵ **ESTATUTOS.** Op. cit., p.3.

que se construíram enquanto folcloristas e disseminaram discursos e sociabilidades. Essa rede intelectual se constituía, principalmente, a partir das trocas constantes de correspondências, colunas em periódicos, colaboração com produções, como prefácios de livros. Desta forma, formulavam conexões de norte ao sul do país, das lideranças locais aos representantes do poder estatal, homens de forte atuação política e que se construíram, primeiramente, enquanto intelectuais e, ao mesmo tempo ou posteriormente, como folcloristas, elaboradores e narradores de uma Nação.

Nos deparamos com interesses que estão além de executar, sistematizar e organizar a produção cultural local. Houve uma própria construção e exaltação desses homens que passaram a ocupar novos espaços nas colunas de jornais. Esses sujeitos tomaram para si a responsabilidade de elaborar uma identidade nacional, tendo como critério básico a cultura popular.

Nos estatutos evidencia-se a abertura para a integralização de indivíduos que já faziam parte de outras instituições que partilhavam objetivos parecidos com a associação. Ao analisar a formação desses membros, percebemos que são homens de uma posição privilegiada. O fato de já estarem associados a outra instituição demonstra um seletivo grupo de colaboradores, sujeitos que já são reconhecidos em outros espaços e tem discurso autorizado. Não necessariamente ligados às discussões sobre o folclore, mas que se dispõem a continuarem ou iniciarem essa atuação em suas localidades. Por isso, percebemos a instauração de filiais da SBF em alguns estados brasileiros, como na Paraíba. Que segundo, o Estatuto de 1942:

A Sociedade filiada mantém absoluta autonomia em sua administração, publicações, aceitando apenas as linhas gerais da orientação técnica da S. B. F-L. quanto à direção cultural dos trabalhos de colheita e aproveitamento do material folclórico e etnográfico, ressaltando o direito individual dos autores de escolher sua tese e comentário livremente, desde que se conservem no espírito próprio e legítimo do Folclore. (ESTATUTO, 1942, p. 6-7).

A autonomia também se destacava nas escolhas dos membros para as filiais e o desenvolvimento de estudos folclóricos considerados importantes para esses sujeitos, em suas localidades, embora fosse necessário seguirem as orientações repassadas pela instituição sede, principalmente em relação à metodologia da colheita folclórica.

2.2.1 “O fotógrafo da cultura”: o Estatuto de 1942 e as diretrizes metodológicas da SBF

Como deveria proceder ao registro ou pesquisa cultural, o folclorista vinculado à SBF? O Estatuto de 1942 apresentou as orientações metodológicas que deveriam seguir a partir de dois tópicos: “Sugestões para colheita de material folclórico” e “Plano geral dos inquéritos”.

O primeiro enaltece a postura do folclorista diante das manifestações culturais a serem registradas, devendo agir como um “fotógrafo sem recurso dos retoques” (ESTATUTO, 1942, p. 7). Seu papel destinava-se a descrever, minuciosamente, todos os detalhes das performances observadas, demonstrando interesse no assunto a ser relatado e, sempre que possível, apresentar fotografias do material folclórico.

A metodologia seguida pautou-se na desenvolvida pelos pesquisadores Sébillot, Santyves e Van Gennep. Devia-se conduzir a entrevista fora de suas residências para que não ocorresse interferência de outros sujeitos ou do ambiente ao narrar suas vivências ou manifestações, enquanto o folclorista dotado de empatia tentaria obter informações sobre “casamentos, batizados, doenças, mortes, trabalhos rurais.” (ESTATUTO, 1942, p. 8), aspectos que são alguns dos interesses. O cuidado ao abordar os sujeitos destacava-se para que não ocorresse uma repulsa em relação ao folclorista, evitando que o “trabalhador rural, pescador, soldado, marinheiro, caçador, mulheres de várias profissões.” (ESTATUTO, 1942, p. 8) não compreendessem como ironia ou afronta por parte do pesquisador.

Ainda, nesse tópico, enfatiza-se que o folclorista teria como missão registrar a natureza humana a partir da cultura. Desta forma, não deveria ficar preso ao retorno de seu trabalho perante a sociedade ou aguardando reconhecimento: “Não espere que seus amigos e conterrâneos julguem sua atividade meritória e digna de prêmio [...] O essencial, no trabalho, é a convicção de sua necessidade humana e simples. O julgamento consagrador é dispensável. Ou adiável.” (ESTATUTO, 1942, p. 9). No entanto, não podemos romantizar esse discurso, pois se colocar como narrador da cultura significava dizer ou reconhecer o que fazia parte de uma cultura originária que deveria ser preservada ou simplesmente era silenciada por não estar nos critérios dos folcloristas. Esses estudiosos estavam em espaços de atuações privilegiados, nos quais os discursos eram autorizados.

Ao final do tópico enfatiza-se que: “O folclore é uma **constante**. Municípios, Estados e Países interligam-se, amalgamados pela tradição poderosa. Estuda-la, fixa-la, é uma forma de amar racionalmente nossa terra e nossa gente.” (ESTATUTO, 1942, p. 9). Sendo assim, a partir dessa concepção haveria ligações além das fronteiras espaciais, possibilitando a interligação da cultura, ou seja, manifestações culturais poderiam ser identificadas em regiões distintas. Podemos perceber, por exemplo, na obra vidaliana, o enfoque para o contexto

paraibano atrelando suas singularidades a região Nordeste e ao país. Por isso, observamos a constância de se tratar de localidades próprias dos folcloristas em suas obras, destacando uma amostra de estudo como exemplar de uma cultura maior, que seria a reunião dessas amostras.

O segundo tópico, esclarece a atuação da entidade e as procedências sobre o material folclórico, evidenciando que:

Qual a nossa tarefa no Brasil? O esforço lógico é a pesquisa e o registro, o arquivamento. Individualmente há liberdade de comentar, classificar, deduzir e escrever sobre esse material acumulado. No ponto de vista associativo somos uma cooperativa, recolhendo, selecionando, conservando uma produção digna de louvor e de elevação intelectual. [...] Tudo quanto for recolhido pela Sociedade deveria ser estudado num ângulo de sistematização. Recolher o mais possível. Aproveitar o essencial, o típico, o mais expressivo. Não guardar verso popular porque é verso popular. (ESTATUTO, 1942, p. 9-10).

Podemos elencar que essa instituição funcionaria como acervo da cultura nacional, reunindo o máximo possível de registros folclóricos, a partir de uma seleção, ou seja, o olhar do folclorista determinaria o que faria parte ou não desse acervo, sendo, ainda sob sua análise, elevado a material característico de uma expressão cultural quando reconhecido como tal.

Sobre o papel do folclorista estabelece que: “Há é a diferença entre a sistemática do folclorista e a sistemática do popular. O primeiro estudará o material num certo ponto de vista. O outro produz ou repete sem a preocupação associativa” (ESTATUTO, 1942, p. 10). Para realizar essa sistematização havia a preocupação de lidar com cada tipo de material coletado, por isso, evidencia-se como tratar algumas dessas fontes. O proceder sobre os versos deveria caracterizar-se por anotar os variados versos populares, relatando suas singularidades, composição, estilos e formas; já a literatura oral distinguia-se pela autoria anônima e sua aceitação e memória diante do grupo registrado; às superstições deveriam ser sistematizadas em temáticas, sendo fonte rica para compreender a psicologia de um povo.

Nas recomendações finais, destacam-se o registro de algumas informações e a cautela do pesquisador para não induzir a fala de seu entrevistado e não antecipar conclusões sobre o material folclórico. Este deveria, previamente, obedecer à literalidade de sua manifestação ou narração. Assim:

No depoimento popular deve constar nome do interrogado, idade, situação de cultura, profissão, a data e local da conversa. [...] evitar a colaboração inconsciente do pesquisador que se pode verificar pela maneira de formular as perguntas. Não devemos procurar no Folclore e na Etnografia

comprovações materiais para uma tese prefixada. (ESTATUTO, 1942, p. 14).

O folclorista membro da SBF atuaria como redator fidedigno das expressões culturais que comporiam a nação, e não apenas essa, pois atravessando as fronteiras, identificando elementos correspondentes dessa cultura além do espaço nacional.

Podemos observar como este Estatuto, em específico, estabelece uma relação de diretrizes para a elaboração dos estudos folclóricos, propondo metodologias de coleta e análise, além de incentivar a exploração de algumas temáticas. Por exemplo, a produção vidaliana singularizou-se por enfatizar as lendas e os mitos paraibanos e do Nordeste. O inquérito como mecanismo de coleta de informações também se destacou como proposta da SBF, pretendendo a partir desse acumular dados que frutificariam nos escritos folclóricos.

Sendo assim, diante dessa entidade, o folclorista seria um guardião da cultura em ruína, que necessitava de sua atuação para ser preservada e reconhecida enquanto elemento singular de uma identidade nacional. Ademar Vidal, ao fundar a Sociedade Paraibana, solicita a Cascudo que enviasse os estatutos para que sua instituição os seguisse, evidenciando uma preocupação com os métodos da pesquisa cultural.

Podemos ainda enfatizar a influência desse manual folclórico no inquérito vidaliano a partir das temáticas abordadas, o interesse no âmbito material, social e da natureza sertaneja, a intenção de abranger o maior número possível de informações e dados das vivências sertanejas, além das solicitações de registros fotográficos de expressões dos hábitos e costumes do sertão. Desta forma, elaborar um discurso folclórico para a entidade potiguar implicara, primeiramente, em seguir orientações e métodos para um aproveitamento da coleta do material estudado e abordar o máximo de dimensões culturais, sociais, econômicas e da natureza dos espaços e do popular.

CAPÍTULO III – A ESCRITA DE UMA PARAIBANIDADE CULTURAL

É fabulário recolhido através de largo tempo de afetuosa continuidade de propósitos. Trabalho que encerra gostosa parcela de cuidados – e que somente pode tomar a **orientação** já indicada e depois de escritas as histórias uma a uma, aos pedaços, diria quase “penosamente”, lendo depoimentos, ouvindo-os também com **paciência** mística. Levando horas inteiras no meio daqueles que **andam descalçados**. E o que é mais: procurando ser **fiel** às deliciosas informações do povo, um povo composto de brancos, negros e mestiços com as suas danças e música de tom jovial nas cantigas penetrantes como setas, seus autos, sincretismo religioso, afinal as suas **tradições** arraigadas ou sentimentos enraizados a um passado ainda sem decifração completa. (VIDAL, 1949, p. 23, grifos nossos).

Os termos destacados fazem parte da concepção e do perfil do folclorista. Em particular, o folclorista vinculado à Sociedade Brasileira de Folclore orientava-se a partir dos esclarecimentos estabelecidos em seus Estatutos. Como já evidenciamos no capítulo anterior, este perfil exigia uma postura em relação ao sujeito abordado. Além disso, o cuidado em lidar com material registrado implicava na elaboração de uma “fidelidade” do registro, reconhecendo que tais manifestações culturais seriam dotadas de tradições vinculadas a um passado em vias do desaparecimento. Desta forma, necessitava da interferência deste sujeito estudioso preocupado com essas tradições e suas simbologias construtoras e ou representantes de um sentimento pretensamente verdadeiro e primitivo de uma nacionalidade.

O trecho citado pertence ao prefácio do livro *Lendas e Superstições* (1949) da autoria de Ademar Vidal. Escrito em 1942, mas publicado apenas em 1949, o mesmo registrou a atuação vidaliana enquanto folclorista, reunindo uma série de lendas vinculadas ao cenário nordestino, com destaque para a Paraíba. Nesse trabalho as lendas foram divididas em três espacialidades: “mitos do litoral”, “fantasias da várzea e do brejo” e “lendas do sertão”. No prefácio, o escritor paraibano evidenciou como teve acesso ao material coletado, a partir de coleta direta e indireta com a contribuição de seus colaboradores, em sua maioria pertencentes a uma elite letrada, visto que eram jornalistas, médicos, advogados e sacerdotes, mas também populares como vaqueiros, agricultores, vendedores etc.

Esses populares seriam os detentores das singularidades culturais de uma brasilidade, de modo que necessitavam ser ouvidos. Mas, até que ponto o foram? Ou sob quais aspectos eram reconhecidos e como foram caracterizados? São alguns questionamentos que podem evidenciar como esses sujeitos, “portadores” de um sentimento nacional, foram tratados. Apesar de o folclorista chamar atenção para parcelas populares e reconhecer uma contribuição

no processo formativo do sentimento de nacionalidade, estes sujeitos mantidos enquanto escopos de pesquisas, objetos de estudo, suas realidades foram selecionadas e significadas a partir de um discurso de interesse de uma elite letrada, seus problemas sociais não foram registrados na esteira de preocupação dessa elite.

Roger Chartier (1995, p. 179) afirma que “A cultura popular é uma categoria erudita [...]”, porque parte desse setor a elaboração e conceituação dos termos a partir de uma relação de alteridade, visto ainda que, “[...] os debates em tomo da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à ‘cultura popular’.” (CHARTIER, 1995, p. 179). Assim, significar o que seria popular se contrapõe com o que seria erudito, uma oposição entre a elite produtora e a autorizada diante da sociedade, marcada pela escritura¹⁶, a definir seu espaço em sociedade. Desta forma, define-se os não pertencentes e as “atividades” características do “popular”. Como salienta o autor, essas definições nunca são designadas por estes sujeitos, mas atribuídos por um discurso elitista e intelectual, tal conceito podendo ser ressignificado e apropriado pelos “populares”.

Nesse viés, Martha Abreu destaca que o conceito de cultura popular é definido segundo os interesses de quem aborda e conceitua. Vinculado a um discurso político, estaria no cerne de disputas (ABREU, 2003). A autora, defende que ao utilizar o conceito é importante contextualizar o momento em que foi utilizado e por qual grupo foi significado, segundo quais concepções.

Como já evidenciado, o discurso folclórico se apropria do conceito para utilizá-lo enquanto fonte para sustentar sua própria atuação, já que atribui à cultura popular, seu inevitável “falecimento”. Necessitando, portanto, ser registrada, preservada e resguarda pelos folcloristas. Como aponta Albuquerque Júnior (2013, p. 20), “O chamado dado ou fato folclórico, o dito elemento ou manifestação da cultura popular são, normalmente, vistos e ditos como se estivessem morrendo, precisando de salvação e resgate por parte dos letrados que por eles se interessam.”

Albuquerque Júnior dedicou-se a estudar a cultura popular e o folclore no livro *O morto vestido para um ato inaugural* (2013), com foco nos procedimentos e práticas dessas categorias. Afirmou que:

¹⁶ Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A escritura: a inserção erudita. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

A fabricação do folclore e da cultura popular passa, portanto, não apenas por um processo de apropriação simbólica das matérias e formas de expressão das camadas populares por uma elite letrada, pelos folcloristas e estudiosos da cultura popular, quase todos vinculados às elites políticas dominantes nos Estados, mas passa também pela apropriação literal, material, econômica destas produções populares e seu arquivamento, seu entesouramento, sua monumentalização em locais e instituições representativas desta cultura letrada e destas elites políticas e sociais, sob o pretexto de salvá-las do desaparecimento. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 63).

A apropriação do material folclórico significou o acúmulo de um grande número de registros com a intenção de preservá-la, tornando-se fonte para as publicações dos folcloristas e base para a elaboração de discursos acerca de uma identidade nacional pautada nas tidas “tradições culturais” populares.

Acerca do posicionamento e contribuição dos populares no registro desse material cultural, Albuquerque Júnior (2013, p. 66) destacou que: “[...] a invenção das tradições não é um privilégio das elites letradas; os letrados das camadas populares também participam ativamente da invenção de matérias e formas de expressão [...]”. Desta forma, o registro de uma cultura tida enquanto popular pautou-se na contribuição dos sujeitos tidos como produtores desta cultura, porém, não quaisquer sujeitos, populares letrados. Segundo o autor, a colaboração com os folcloristas pautava-se na entrega de materiais e de apresentações particulares para os estudiosos, em decorrência de algum pagamento ou pela divulgação de seu nome no material impresso. Tal material tornara-se lucrativo por alicerçar o discurso do folclorista, produzindo um saber a partir deste material, institucionalizando um novo campo de produção intelectual.

Como evidencia o historiador:

Nesta busca pela versão primeira, original, autêntica, nesta procura pela manifestação inicial e pelo sujeito que lhe deu início, operam sem freios as mitologias da criação como atividade inaugural, do objeto e do sujeito que surgem já prontos em seus começos, da origem como ponto inaugural onde se encontraria localizada e recolhida toda a identidade, toda a substância, toda a essência, toda a verdade daquilo que se enuncia e se faz ver como sendo uma manifestação da cultura do povo, do folclore ou da cultura popular. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 101).

A elaboração discursiva dos folcloristas, principalmente na década de 1940, pautava-se na construção de uma nacionalidade. Aliados ao Estado, buscaram o popular por o reconhecerem como detentor de tradições que representariam um passado em extinção,

atribuindo mitos de origem para essas parcelas populares. Sua existência representaria a base de uma nacionalidade que necessitaria ser acolhida e demarcada antes de seu enterro. Acredita-se que “Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis” (HALL, 2006, p. 53). Desta forma, elabora-se um discurso pautado na permanência, na tradição e no enquadramento dos elementos detentores dessa nação. Sua essência encontrar-se-ia ali, na cultura popular.

Acerca da identidade, o sociólogo Stuart Hall (2006, p. 13) aponta que não é algo fixo que pode ser continuamente atribuída a um sentido unívoco: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias [...], de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” Como esclarece o sociólogo, a identidade está em contínua movimentação e elaboração, não sendo possível enquadrá-la como um todo ou atribuir um sentido ou significado atemporal. Sendo formada ao longo de “processos”, a identidade mantém-se em constante formulação.

Ainda, esta tem mais relação com a preocupação particular de como somos vistos pelo outro. Esta relação com o outro estabelece a relação de alteridade, a construção de si a partir do que outro é, da diferença. Sendo assim, a identidade nacional pauta-se na elaboração discursiva sobre e para um sentimento unificador de pertença. Sentimento este que não nasce nos sujeitos, mas que construídos por vivências culturais. Nesse sentido, “[...] a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional.” (HALL, 2006, p. 49).

Como evidencia Hall (2006), as culturas nacionais são compostas de instituições, de símbolos e representações. Caracterizando-se enquanto um discurso capaz de alterar e conceber uma visão sobre nós mesmos, a partir de sua elaboração, um conjunto de ideias passa a circular e dar sentidos ao que seria a nação. Esses sentidos “[...] estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.” (HALL, 2006, p. 51). Independentemente, das diferenças que marcam os grupos sociais, suas diversidades e heterogeneidades são desconsideradas na elaboração de uma identidade nacional. Essa unificação trata-se de um processo violento de imposição de uma cultura nacional selecionada, construída a partir de propósitos para formular um discurso homogêneo, de características tidas como mais relevantes e reveladoras da nação.

Ao refletirmos sobre esses discursos identitários nacionais, evidencia-se um novo sujeito e uma cultura específica associada a ele. Nascido entre o final do século XIX e instaurado nas primeiras décadas do século XX:

Inventa-se o sujeito portador de uma cultura nordestina e diz-se tê-lo achado em algum arquivo ou em algum lugar, já nordestinizado ou expressando a nordestinice, a dispersão de todos os começos é assim reduzida a uma identidade, a uma semelhança inicial, a um ponto de unidade de ação e de emissão unívoca de sentidos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 101-102).

O surgimento desse novo personagem no cenário nacional foi atrelado com a construção de um espaço, o Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). Pensar o espaço é fundamental para compreendermos sua elaboração nos escritos vidalianos, tendo em vista, sua forte ligação ao estado natal e a região nordeste. A Paraíba foi o foco de sua obra, uma Paraíba construída e narrada a partir de espacialidades específicas. Conforme Michel de Certeau (1998, p. 209) além de descrever o relato fixa, autoriza e funda espaços: “Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de *autorizar* o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites [...]”. Desta forma, ao dedicar sua obra a Paraíba, Ademar Vidal instaura delimitações e demarcações sobre um espaço, contribuindo com sua elaboração e divulgação, marcado por aspectos sociais e culturais, a partir de uma cultura popular recolhida.

Certeau (1998, p. 202) define o espaço enquanto “um lugar praticado”, ou seja, marcado por vivências, dinamicidade, movimentação e circulação de sentidos, ainda sendo “instável”, por se elaborar de acordo com ações e interações do homem sobre o lugar. Este torna-se espaço quando passa a ser vivenciado, alterado e significado, o lugar caracteriza-se como uma demarcação estável, uma ordem estabelecida, uma unidade concentrada, enquanto o espaço é mais amplo por depender de sentidos atribuídos para sua formulação. Vale ressaltar que por mutabilidade é elaborado em um determinado recorte temporal, sendo ressignificado, reconhecido ou desconsiderado a partir das próprias interações dos indivíduos atuantes nesse espaço.

O geógrafo Yi-Fu Tuan em *Espaço e lugar* (1983, p. 3) argumenta que: “‘Espaço’ e ‘lugar’ são termos familiares que indicam experiências comuns [...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro.” O lugar mantém-se enquanto uma necessidade humana, a partir deste estabelece relações afetivas e de

experiências que o acolhe e abriga; o espaço caracteriza-se por se tratar de uma categoria mais ampla.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 6).

As experiências e as relações dos indivíduos com essas categorias formulam concepções sobre essas categorias e conseqüentemente interferem nas próprias relações sociais. Estimulando novas concepções e significados a partir da dinamicidade elaborada pelos sujeitos com o seu entorno.

Sendo assim, a elaboração de um espaço está vinculado com os sujeitos que passam a dar sentido aos lugares, como ocorre com a região Nordeste, montada por diversos discursos, particularizada a partir de elementos tidos como característicos da região, a partir da afirmação e imposição de dadas manifestações culturais. O espaço não se caracteriza como neutro ou homogêneo. No seu processo de definição e instauração, determinadas falas são reconhecidas e outras são silenciadas, assim como algumas vivências foram enaltecidas e tidas enquanto fabricantes de uma identidade, outras foram isoladas e postas de lado.

O espaço nordestino passou a ser caracterizado a partir de diversos elementos, vivências e sujeitos, primariamente, demarcados em espacialidades específicas. A partir da década de 1920 do século passado, passaram a formular a região Nordeste. Podemos perceber, por exemplo, essa articulação na obra vidaliana ao desenvolver pesquisas culturais na Paraíba ou em algumas localidades do estado de Pernambuco, mas que são atribuídas a toda região Nordeste. Ou seja, o folclorista toma seu espaço como representante de uma espacialidade maior, demarcando a instauração de espaços.

Evidenciamos a republicação de diversos textos contidos em *Lendas e Superstições* (1949) em alguns periódicos, como na revista *Brasil Açucareiro* que esteve em circulação entre as décadas de 1930 e 1980. No acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), localizamos 22 textos da autoria de Ademar Vidal, publicados entre 1943 a 1945,

que foram divididos em duas abordagens: o folclore canavieiro e do engenho¹⁷; e, como proposta da própria revista, a segunda temática foi a história do açúcar na Paraíba.

Diversos artigos vidalianos foram publicados repetidamente em jornais como *Jornal do Comércio* (AM), *Diário de Pernambuco* (RJ), *O Jornal* (RJ), entre outros. Em decorrência das constantes publicações em diferentes periódicos, mas em datas próximas. Constatamos a repetição de seus textos. Observamos um número considerável de publicações nas décadas de 1940 e 1950, acerca de diversas temáticas, mas com foco no cenário nordestino ou paraibano; bem como, sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, textos vinculados ao cenário paraibano e com enfoque nas dimensões culturais, partindo da colheita de material folclórico.

Como forma de compreender a instauração das espacialidades atribuídas à Paraíba por Ademar Vidal, utilizamos o livro *Lendas e Superstições*, publicado em 1949, e trata-se de uma coletânea de mitos e lendas de credence popular. A publicação é dividida em três espacialidades: litoral, várzea ou brejo e sertão. Essa publicação reúne o trabalho folclórico vidaliano, tratando-se de uma compilação do material recolhido a partir de colaboradores e diretamente com populares, provavelmente, as que abordam o brejo foram recolhidas na fazenda da família Lins.

Assim, o livro *Lendas e Superstições* (1949) foi dividido em três capítulos: *Mitos do litoral*, *Fantasia da várzea e do brejo* e *Lendas do sertão*. O livro possui 161 narrativas folclóricas, em decorrência da amplitude material, selecionamos três mitos/lendas de cada capítulo nos quais conseguimos obter informações sobre essas espacialidades. Após apresentá-las analisaremos e elencaremos os elementos tidos como construtores ou representantes de uma identidade paraibana a partir das espacialidades construídas no livro.

3.1 “Lendas e Superstições”: uma Coletânea Folclórica

Ademar Vidal (1949, p. 19) evidenciou no prefácio um dos interesses na elaboração desta obra: “Quem se disponha a pesquisar a evolução do conto popular, das lendas e mitos em nosso país, através da literatura ou da tradição oral, há-de achar campo vastíssimo para observações em que os acontecimentos sociais colaboram fortemente.” Para ele, a partir desse

¹⁷ Ver: MARQUES, Maria Joedna Rodrigues. Lendas e superstições em “Brasil Açucareiro”: o folclore canavieiro e do engenho nos escritos de Ademar Vidal entre 1943 a 1944. [Anais] X Semana Nacional de História, 2018, Cajazeiras. Cajazeiras: UFCG, 2018. Disponível em: https://3caf8187-cafa-4b9a-97cf-fdb5af09389d.filesusr.com/ugd/4d02a6_6c8267df297344ee970bdb5c3826af8c.pdf. Acesso em: 07 nov. 2018.

material, poderia se ter uma percepção de aspectos sociais que se encontram entrelaçados na psique dos sujeitos. Para ter acesso a esse material, o autor destaca duas fontes, a literatura e a oralidade, como aponta Albuquerque Júnior (2013, p. 35):

Um dos procedimentos fundamentais na invenção do folclore e/ou da cultura popular, como de resto da invenção do folclore e da cultura popular no Ocidente, será a captura da oralidade pela escritura. As manifestações culturais que serão nomeadas como populares, as matérias e formas de expressão que serão escolhidas pelos letrados, pelos folcloristas e etnógrafos para representarem o que seria a produção cultural popular se caracterizavam pela prevalência da oralidade, pelo predomínio de atividades semióticas que tinham na transmissão e na performance oral a base de sua permanência no tempo e também de sua execução.

Em carta enviada a Câmara Cascudo de 23 de janeiro de 1943, Ademar Vidal (1943, s.p.) relatou sua andança na fazenda dos pais de sua esposa, pertencente à família Lins, por lá recolhera material: “Andei fora da capital bem um mês, lá na fazenda, andando a cavalo, no meio dos animais, vendo o engenho moer (Engenho Novo) e a conversar com o povo. Colhi minhas notas.”

Acerca da transmissão dessas narrativas orais, elas estão carregadas de modificações, ganhando contornos e adaptações em decorrência da própria natureza da oralidade e da migração dos sujeitos e dos mitos. Destacam-se também por seu caráter instrutivo ao ensinar e amedrontar os sujeitos a partir das lendas e superstições repassadas, como pode ser observado nos constantes fantasmas e elementos da natureza que são destacadas ao longo da coletânea abordada.

Vidal evidenciou a circulação desses contos populares ao longo do país, destacando, por exemplo, a influência dos europeus na produção dos mesmos, a partir de personagens que se fixam no imaginário pela difusão dessas narrativas ao longo da migração e circulação desses sujeitos no território nacional. Essas fusões acrescentam elementos e sujeitos ao imaginário, modificando alguns aspectos das lendas, mas mantendo uma pretensa essência. Com relação às essas mudanças, o autor destacou que:

A nossa orientação foi a de apego ao que já se acha nacionalizado, que não deixa mais ranço notável de superveniências estrangeiras, preponderando o desejo de mostrar o luxo de imaginação do brasileiro popular, tão espontâneo nos depoimentos – o indivíduo rural ou aquele homem que anda de pés descalços, que não tem instrução, temente a Deus que trabalha para comer e come mal ou sub-alimentado (*sic*) que ele é, ignorante e, por isso mesmo, grande conhecedor de espectros que surgem de repente, arrepiando cabelo e trazendo frio a correr célere pela espinha do corpo. É precisamente

quando se vai ver quem tem coragem. [...] Não são apenas os estrangeiros que deturpam essas criações folclóricas. Os brasileiros se apresentam como uns bons mestres. [...] não são perfeitamente iguais quando relatadas no Piauí ou Pernambuco, Paraíba ou Bahia, Rio Grande do Norte ou Ceará. Modificam-se, passam a experimentar marcantes tendências do meio, surgindo outras e novas modalidades nos detalhes, mas honestamente conservando os traços primitivos e principais. (VIDAL, 1949, p. 20).

O paraibano destacou o popular como portador dessa essência, caracterizado enquanto uma figura notadamente rudimentar, bruto e irregular. Nestes personagens seria possível encontrarmos os traços de uma essência nacional, em sua imaginação carregariam a própria identidade de seus espaços.

Para ter acesso à multiplicidade de material, Vidal contou com uma rede de colaboradores, destacando agradecimentos ao final do prefácio do livro a uma série de letrados e populares que, como aponta, “[...] colaboraram todos conjuntamente na quase totalidade das histórias contidas neste livro de contos populares, lendas e superstições.” (VIDAL, 1949, p. 23). Ainda nos agradecimentos iniciais dedica o livro a Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Joaquim Ribeiro e seu irmão Francisco Vidal Filho. Esses sujeitos fizeram parte dos ciclos intelectuais dos quais o paraibano atuou, construindo, uma rede de sociabilidades e amizade de correspondência.

Pensando nas interações dos indivíduos com seus espaços de vivências e a própria elaboração do material folclórico a partir desses espaços, o autor defendeu que “[...] jamais falta o sinal característico da área em que foi gerado o mito ou onde houve motivo para criação do mito. Ou do conto popular. Distingue-se claramente.” (VIDAL, 1949, p. 23). Por isso, na obra que celebra sua atuação enquanto folclorista estabelece espacialidades “[...] cada um[a] com o seu feitio típico [...]” (VIDAL, 1949, p. 20) para lendas, contos e mitos, que em sua maioria estão vinculados à Paraíba ou ao Nordeste.

Vidal (1949, p. 23) evidenciou as distinções entre os sujeitos de cada espaço:

[...] o homem litorâneo não se parece nada com o da zona brejeira – e os dois, por seu turno, se acham bem mais distantes de outro tipo humano, que é o sertanejo, diferente em qualquer parte do país aonde esteja, porém todos os três iguais: um só e apenas quando encarado nas suas linhas psicológicas profundamente brasileiras.

Cada região mantém versões e visões pautadas em interesses particulares de representar suas vivências. Ao mesmo tempo, essas distinções são amenizadas ou

ressignificadas quando se pensa uma identidade nacional, como se houvesse uma ligação harmônica entre os povos desses múltiplos espaços que permite caracterizar e formar um sentimento nacional.

As espacialidades teriam suas características que definiriam um tipo de elaboração cultural, inspirados por elementos do dia a dia de ordem natural e social. Desta forma, as narrativas folclóricas do litoral se caracterizam por apresentarem como elementos de destaque as praias; na várzea ou brejo destacaram-se os engenhos, a sociedade patriarcal e as marcas deixadas pela escravidão; o sertão seria associado à escassez de água, os rios e os animais.

3.1.1 *Capítulo I - Mitos do litoral*

O capítulo é constituído por 55 mitos acerca do litoral, dos quais 16 não apresentam uma localidade específica, 2 vinculados ao estado de Pernambuco, 6 referem-se ao Nordeste e os demais tratam-se do litoral paraibano. Apesar do volume, os mitos apresentam certos elementos em comum, como conventos, igrejas e ruas da capital paraibana, os fantasmas e suas aparições nas praias e na cidade, além de animais voltados à fauna litorânea.

O primeiro mito intitulado *Cajueiro do Souto*, trata-se de um mito sobre o fantasma Mingusoto que seria uma entidade que dominava as matas, o mar e os rios. Teria plantado na praia da Camboinha, no município de Cabedelo, o “cajueiro do Souto”, marcado pela doçura da fruta, atraindo as pessoas para a praia nas festividades de final de ano. Embora não fosse visto, o fantasma amedrontava com seus gemidos os moradores da cidade, circulando em diversas ruas durante a noite, nas igrejas e conventos, além dos rios, matas e praias. Assustava os sujeitos que estivessem fora de casa às altas horas da noite e também os que se encontravam em casa.

Durante o dia o fantasma habitava no “[...] galo de metal de São Francisco [igreja] ou no leão de São Bento [mosteiro].” (VIDAL, 1949, p. 28). O sobrevoar de uma coruja indicava que o “fantasma dos elementos” (VIDAL, 1949, p. 27) estava por perto. O folclorista atribuiu ao “homem do povo.” (VIDAL, 1949, p. 28) tendenciosa credence no fantasma, sendo reconhecido desde a classe média, atuando como autoridade na cidade, diminuindo a própria atuação policial.

A próxima narrativa a ser abordada foi intitulada *Cotaluna* e faz referência a uma criatura que movimentaria o rio Gramame, litoral paraibano, no qual a frequência de banhos por parte da rapaziada diminuía no inverno em decorrência da mulher metade peixe que habitaria essas águas.

[...] os banhos são tranquilos em certa fase do ano. No verão ele não faz mal: folga-se à vontade e sem o menor receio. Mas no inverno o negócio é outro. Muda muito. Torna-se perigoso. É que existe por lá um fantasma conhecido como secretário do rio. As suas formas interessam porque são mais de uma mulher bonita. Quando chega o inverno, Cotaluna se desencanta, ou melhor: transforma-se. (VIDAL, 1949, p. 31).

Com sua sensualidade ela atrairia rapazes que acabavam morrendo afogados, não havendo sobreviventes. No entanto, no verão, Cotaluna, parecia se acalmar, tornando-se menos presente e deixando alguns rapazes saírem ilesos. Escolhendo seus alvos, ela costumava relacionar-se com os jovens, resultando a loucura para estes que, ao retornarem não se lembrariam de nada, apenas das relações sexuais com a sereia. Desta forma, se perguntar “[...] [aos boêmios e caboclos] qual a estação do ano preferível para tomar banho naquele rio impuro, coleante e atormentado, a resposta será imediata: só presta no verão.” (VIDAL, 1949, p. 32).

O terceiro mito selecionado *O endiabrado Mandim* alude a uma figura tida como detentora do oceano, dos trechos entre o Bessa e a Praia Formosa. Sendo ele o chefe das águas e dos peixes, podendo ser hostil com os pescadores que não sigam suas regras. Ele teria surgido a partir de um naufrágio:

[um navio] procedia das bandas da África carregado de negros para a lavoura paraibana. [...] Era tanta gente, que se deu uma catástrofe completa – e o único que poderia ter-se salvo foi exatamente o preto maioral, de nome Mandim. Mas renunciou ao propósito de defender a vida quando viu que seus companheiros haviam sucumbido nos embates com as ondas traiçoeiras. E deixou-se morrer. [...] teria acontecido a tragédia exatamente no Dia de finados. (VIDAL, 1949, p. 39).

Ao morrer ele teria passado a exercer poder sobre as águas. Por isso, seria proibida a pescaria em tal dia. Um mulato que se atreveu a enfrentar o mar no dia de finados foi aterrorizado com o surgimento de um navio que ia a sua direção tão rapidamente que acreditara não ser possível salvar-se: “Na confusão ouvia vozes mansas cantando o seu mal-assombrado [...]” (VIDAL, 1949, p. 40). A partir de então não atrevia a voltar ao mar no dia de finados, “[...] ficou sabendo de uma vez por todas que o fantasma tem força. Tem querer. E quando determina, não admite providência em contrário.” (VIDAL, 1949, p. 41). Em decorrência de seu sacrifício, a imponente de Mandim deveria ser respeitada, não podendo

então pescar-se na sexta feira de cada semana e no dia de finados, quem ousasse contrariá-lo deveria ter coragem para enfrentar o dono do oceano.

Essas narrativas apresentam uma série de características em comum, apesar de suas singularidades e personagens distintos. Concentram-se em aspectos voltados para o mar, às águas de modo geral, vinculando-se a aspectos religiosos (a circulação de entidades pelas igrejas), tendo como sujeito característico deste espaço o pescador. Dessa forma, a natureza seria a essência do litoral. As entidades ajudariam ainda no controle da cidade ao amedrontar os indivíduos que se encontravam fora de suas casas nas madrugadas.

Assim, a identidade do litoral estaria atrelada ao mar e as vivências em torno das águas. As personagens e seus mitos representam uma tentativa de ensinar a lidar com as características desse espaço. Eles atuariam como protetores dessa natureza e seriam a partir do medo criado sobre esses, motivos para afastar o homem de possíveis acidentes vinculados à água.

3.1.2 Capítulo II - *Fantasia da várzea e do brejo*

O segundo capítulo contém 61 narrativas. A maioria vincula-se ao engenho e às vivências em seu entorno, com destaque para os negros escravizados e para o senhor de engenho, além dos animais e crenças religiosas. De modo geral, não apresentam uma referência espacial definida, atribuindo-se genericamente ao engenho ou enquanto lenda comum no Nordeste. Em relação ao engenho, destacam-se alguns, como o Engenho Novo, o Engenho de Banguê e o Engenho de Santo André.

Nesse viés, abordamos a narrativa *Fogo morto* que se trata de um relato de vivência no engenho de banguê, o cotidiano, a plantação do canavial, a produção de açúcar, os trabalhadores e sua árdua jornada de trabalho. Além das alegrias do engenho, havia acidentes durante a produção de garapa que resultavam em diversas mortes. Os momentos de lazer marcados por cantorias e danças, as festividades em datas comemorativas: “[...] esta é a paisagem do engenho feliz, do engenho que pejou, de quase todos os engenhos da várzea. [...] Moer é a grande necessidade. Todos os esforços são feitos para que o engenho não pare, não fique de fogo morto [...]” (VIDAL, 1949, p. 237). O movimento e a produção constante, sufocadas pela instauração da usina, que obrigara ao senhor da casa grande desfazer dos maquinários do engenho.

A segunda lenda *Os passeios do vulto branco*, abordou como os engenhos foram marcados por uma diversidade de histórias transmitidas entre gerações, para justificar os acontecimentos do cotidiano ou para alertar a certos tipos de comportamento. O autor enfatiza como a escravidão fora marcante na região da várzea, em decorrência do estabelecimento dos engenhos, e como os escravizados sofriam com os castigos físicos dos senhores de engenho.

Entre esses feitores marcados pela crueldade, no Engenho de Santo André, destacava-se o proprietário que era conhecido por castigar os trabalhadores, até que um dia veio a falecer. No entanto, não significou o fim de sua presença, sua alma ficou presa ao lugar no qual praticara tantas crueldades, assombrando o canavial durante a noite:

O povo não pensa que o “vulto que passeia tanto” e incansavelmente, passeia por prazer, com saudade do tempo passado, gostando de rever aqueles sítios de seu conhecimento particular – não pensa assim, não; entende o povo que o “vulto que passeia” está penando e pagando as culpas que tem por haver praticado o mal [...] (VIDAL, 1949, p. 350).

Assim, o destino da alma após a morte estaria diretamente relacionado com o que o indivíduo havia feito em vida. Se tivesse feito atrocidades, só alcançaria a tranquilidade após se arrepender de seus pecados e pagar por eles, se não continuaria a vagar como o vulto. Este continuava a repetir os comportamentos de quando estava vivo, mostrando-se soberbo “[...] conserva a mesma majestade no orgulho, conserva o roço de quem espia de cima para baixo, e, talvez por isso, continue no seu vagar eterno até que venha a perder esse sentimento inferior [...]” (VIDAL, 1949, p. 351).

A terceira narrativa, intitulada *Engenho Novo*, inicia com um relato sobre as origens desse engenho e sua produtividade, sendo marcante na história paraibana e gerando insatisfação por parte dos usineiros. Localizado entre Pilar e Itabaiana, pela dimensão do território, pelas matas e rios, era utilizado como abrigo de forasteiros e criminosos.

Durante gerações o engenho pertencera a família Lins Cavalcanti de Albuquerque. “Mas o Engenho Novo, como acontece com os outros engenhos de vida tradicional, animado por uma história enternecedora, sem grandes perturbações, não poderia fugir à contingência inelutável: também revela as passagens de um mundo sobrenatural.” (VIDAL, 1949, p. 357-358). À noite, ouvia-se passadas em direção do porão e da estribaria. Acreditava tratar-se de um parente da família Lins que fiscalizava a casa com receio das invasões de ladrões e do roubo dos animais, assim sendo um “mal-assombro (*sic*) camarada.” (VIDAL, 1949, p. 358). Ademar Vidal evidencia que “esses personagens noturnos não são raros, antes se mostram

bem comuns às casas-grandes de engenho da várzea, povoadas que elas vivem de recordações [...]” (VIDAL, 1949, p. 358).

O engenho, seu cotidiano e os sujeitos que atuavam nele são as características principais nas narrativas voltadas para a várzea ou brejo. Desta forma, os negros escravizados, suas atividades de lazer e de trabalho, os senhores de engenho, os castigos físicos, a produção de garapa e açúcar e o próprio declínio do engenho são os fios condutores de elaboração de mitos e lendas. As entidades particularizam-se por estarem atreladas diretamente com esse espaço, seriam feitores, escravizados ou proprietários que, como resultado de suas ações deveriam continuar vagando. A várzea seria o espaço que abrigaria a produção econômica marcante da Paraíba, também com fortes marcas da escravidão nas relações sociais.

3.1.3 *Capítulo III - Lendas do sertão*

O último capítulo contém 45 narrações, caracterizando-se por apresentar uma série de elementos, evidenciando a relação do sertanejo com a água, com a natureza, com os animais, com as crenças religiosas e com os povos indígenas da região. As lendas são vinculadas ao Nordeste quando comum em outros estados. Algumas apresentam a cidade ou região em que ocorrem, como Piancó, Catingueira, Cariris Novos e Cariris Velho.

Os rugidos da terra trata-se de uma lenda na qual a terra seria dotada de sentimentos e sinais, inclusive de sua insatisfação com o homem. Assim “Para o sertanejo a terra tudo representa.” (VIDAL, 1949, p. 541). Segundo os compadres que falam dela, a terra seria mãe e pai. Também produziria barulho como sinal de sofrimento, pedido para deixá-la não exigir de suas forças, “[...] nem procurar aprofundar-se nas suas entranhas, pois sofre com isso [...]” (VIDAL, 1949, p. 542).

Parte desse sofrimento estaria associado com a escavação em busca de ouro. Um dos sujeitos, João Leandro alertava prever uma desgraça acontecer por ouvir os gemidos da terra, afirmando que as pessoas ignoram e não compreendem seu cansaço. Aponta que “[...] quando se fala em desgraça no sertão, já se sabe de que espécie ela é. Não varia nunca: ou chuva de arrasar, ou seca de matar om o solão rachando as pedras de tanto calor.” (VIDAL, 1949, p. 542). Acreditava-se que nos locais onde ocorriam os gemidos da terra seria possível achar ouro, foi o que fez João Leandro: “A terra quando dá aviso é para a gente enriquecer” (1949, p. 543).

A segunda narrativa selecionada intitula-se *Fuga de santo*. O texto inicia apontando que é comum no litoral, brejo e sertão, o aparecimento de santos. A religiosidade do povo os leva a acreditar ser um sinal divino, realizando no sertão procissões e conduzindo a imagem para retornar para à igreja ou capela mais próxima. No entanto, o santo voltava a aparecer no local em que fora encontrado anteriormente. O fenômeno só encerrava com a construção de sua própria igreja. O autor evidencia que ocorreu na capital com a igreja de Nossa Senhora das Neves, a Igreja do Pilar e a de São Miguel do Taipú, e, no sertão, em Pombal também aconteceu o fenômeno. Sendo no “sertão onde mais arraigada se mostra a tradição de santos que fogem e de repente aparecem em determinado lugar.” (VIDAL, 1949, p. 563), que estariam em busca de “comodidade e segurança.” (1949, p. 563).

O terceiro texto *As lendas mais populares* possui um destaque de dois mitos: Mãe-d'água e Caipora. A primeira seria uma sereia sertaneja encontrada em reservatórios de água, como nos rios Piranhas e Piancó: “Canta maviosamente e costuma arrastar os incautos que demoram a ouvir-lhe a voz para morar consigo em palácios encantados.” (VIDAL, 1949, p. 573). Caracteriza-se por seduzir rapazes e desaparecer com eles em meio às águas, além de ser responsável por conservar a água nos reservatórios, rios e açudes. Sua aparência é contraditória, alguns afirmam ser bela e outros a descrevem como horrorosa. A Caipora caracteriza-se por ajudar ou açoitador caçadores, tendo como hábitos fumar e assobiar. Utiliza os animais para transportar-se para perseguir caçadores.

No sertão haveria, como aspectos que entrelaçam suas histórias populares, o forte apego religioso, em particular ao catolicismo, o apego à terra como fonte de subsistência e de prosperidade e, ainda, uma forte relação com a natureza. Da terra à água, o sertão se voltaria para esses bens tanto nos aspectos de sobrevivência, onde o meio rural é tido como base para a economia. O sertão seria religioso, esperançoso e lastimado com os efeitos da seca. A água como bem maior teria suas entidades protetoras, assim, como as matas.

3.2 Espaços Culturais e Cenários Identitários

O que seria a Paraíba na ótica vidaliana? Dotada de singularidades culturais, ao mesmo tempo entrelaçada com as manifestações culturais presentes ao longo da região Nordeste. A Paraíba vidaliana é composta por espacialidades que elaboraram sujeitos distintos.

O litoral seria marcado por uma preocupação em proteger a natureza, os “bons modos”, buscando através das lendas e mitos elaborar uma harmonia entre cidade e natureza. Também sendo o local de pertença de Ademar Vidal, já que passou boa parte da vida morando em João Pessoa, o que resulta em um enaltecimento do espaço, ou uma abordagem mais amena em relação às outras regiões. Por isso, os personagens sobrenaturais aparecem como defensores e/ou protetores das condições naturais, o mar. Seria nesse aspecto de preservação de uma ordem, que necessitaria de entidades e narrativas que ensinassem ou divulgassem o cuidado com o espaço e sua natureza.

O brejo seria a essência econômica do estado, marcado pelos grandes engenhos, pela presença em massa do negro escravizado. Do contanto com o campo, a partir das fazendas produtoras de canaviais. Espaço rico em narrativas populares, como evidenciou em correspondência, Vidal utilizara de alguns momentos, ao visitar os familiares da sua esposa, no Engenho Novo para coleta folclórica.

A região brejeira seria supersticiosa em relação as ações dos sujeitos durante a vida, em decorrência da escravidão nos engenhos. O direcionamento sobre essa área, pauta-se também, em decorrência da sua afeição e proximidade com o movimento regionalista. Principalmente, pelas temáticas abordadas, com destaque para presença do negro, as dimensões econômicas e as tidas bases que caracterizariam o Nordeste. Seu contato com as fontes brejeiras parte de uma condição familiar, mas que é fundamentada em um projeto intelectual. O brejo seria o espaço de movimentação econômica mais significativa na Paraíba, segundo Vidal, pela presença do engenho. Ao defender essa posição, ele evidenciou tendências e movimentos literários e intelectuais do início a meados do século XX e reafirma o lugar da família Lins, ao evidenciar sua atuação no cenário paraibano.

O sertão estava mais distante do autor, visto que sua vivência na Paraíba fora localizada no litoral. Porém, isso não o impediu de estudar o sertanejo e suas vivências, elaborando inquéritos e distribuindo entre os colaboradores. O sertão notadamente possui maior relação com o mundo rural, atendo o sertanejo fortemente ligado à terra e, ainda, marcado pelos efeitos da seca. O seu povo seria trabalhador, sofrido e fervoroso.

A relação com o sertão parte de um processo de alteridade, tendo em visto que as espacialidades litoral e sertão foram elaborados em oposição, “Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida...” (AMADO, 1995, p. 149). Como aponta a autora, a elaboração da categoria sertão foi estabelecida como contraponto com o litoral e

vice-versa. Esse sertão na concepção vidaliana é marcado por uma superstição “prática”, na qual os sujeitos elaboraram manifestações e meios de se interligar com o sobrenatural para alcançar os seus pedidos. Em sua maioria, as preces estão voltadas para um âmbito religioso, solicitando a chuva.

Como aponta Albuquerque Júnior: “[...] o material que é escolhido pelos folcloristas para fazer parte de seus livros ajuda a fixar o que seria a identidade de cada espaço que este material toma como sendo objeto de sua atividade literária ou artística.” (2013, p. 112). Assim, ao selecionar lendas e mitos que se caracterizariam por apresentar elementos da imaginação dos indivíduos produtores e/ou reprodutores, há o interesse de captar elementos de uma singularidade espacial e de compreender também a formação desse indivíduo no seu determinado espaço. Como evidenciam Certeau e Yi-Fu Tuan, o espaço é praticado, são as vivências e singularidades elaboradas em seus lugares de pertença que constroem um sentido amplo de espaço e de identidade.

Sendo assim, a Paraíba vidaliana é uma multiplicidade de espaços, vivências e elaborações culturais. O seu trabalho enquanto folclorista deve ser compreendido dentro das próprias regras e orientações desse perfil em sua época de atuação, década de 1940. A cultura popular seria a matéria base para se pensar e construir um sentimento de nacionalidade, embora hierarquize uma determinada parcela, atribuindo-lhe, primeiramente, o signo de atraso e de falecimento. Os folcloristas perceberam o popular como elemento e produtor de uma singularidade cultural. Eles enxergam um papel desenvolvido pelo popular.

Como Vidal elencou cada região mantém versões e visões pautadas em interesses particulares de representar suas vivências. Ao mesmo tempo, essas distinções são amenizadas ou ressignificadas quando se pensa uma identidade nacional, como se houvesse uma ligação harmônica entre os povos desses múltiplos espaços que permite caracterizar e formar um sentimento nacional.

Plural, distinta, integrada ao Nordeste por dimensões culturais, produtora e resultante de espacialidades, a Paraíba para Ademar Vidal seria dotada de fontes para os estudos folclóricos. Composta por distinções entre sujeitos e espaços que corroboram em diversas dimensões culturais. A Paraíba vidaliana mostra-se múltipla em diversos aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta neste trabalho foi problematizar a produção de Ademar Vidal, partindo do seu envolvimento com os estudos folclóricos, problematizando como, e até que ponto o Movimento Folclórico Brasileiro contribuiu para a sua produção e definiu a sua concepção de uma identidade cultural paraibana, entre 1941 e 1949.

Para isto, utilizamos como aporte metodológico a *análise de discurso* de Michel Foucault (1996), com o objetivo de percebermos a elaboração de um perfil intelectual, em particular do folclorista, através de suas atuações em âmbitos literários, políticos e em redes de *sociabilidades*. Assim como, a produção e veiculação de discursos associados às instituições das quais participou e presidiu e a construção de uma identidade paraibana ao longo de sua obra.

No primeiro capítulo propomos refletir sua formação e trajetória intelectual, como parcelas importantes na constituição de sua produção e estabelecimento em diversos cenários, interligando o mundo das letras e de cargos jurídicos ocupados no Estado. Para abordarmos o sujeito, sentimos a necessidade de apresentá-lo utilizamos as memórias da filha Alice Vidal, com o intuito de evidenciarmos percepções sobre o sujeito, além do aspecto intelectual que costuma ser abordado nas biografias sobre o mesmo.

Confrontar as versões sobre Ademar Vidal possibilitou narrar o homem que mantinha o rigor dos hábitos, que também vai de encontro com a própria forma de mostrar essa vertente intelectual, concentrado em suas múltiplas atividades e o homem que passeava até a praia após o jantar, circulava com os filhos e partilhava os momentos públicos, o pai que incentivou a filha a seguir e encontrar seu caminho literário.

O segundo capítulo constitui-se a partir da investigação de uma atuação vidaliana no MFB no início da década de 1940. Por isto, delineamos sua atuação na Sociedade Brasileira de Folclore que, tinha como proposta organizar e sistematizar os estudos folclóricos nacionais e a fundação e presidência da Sociedade Paraibana de Folclore, apesar da curta duração, resultou na coleta de material folclórico utilizado como fonte para diversas produções vidalianas, como seus inéditos de décadas posteriores. Percebemos sua articulação a partir da formulação de uma rede de colaboradores que repassavam informações e dados solicitados, a partir, por exemplo, do inquérito sobre aspectos da vida sertaneja, datado de 1942.

O contato com as agitações literárias e intelectuais das décadas de 1920 a 1940 permearam sua obra e sua elaboração intelectual. O circular por redes intelectuais permitiram

sua elaboração enquanto um representante da Paraíba nesse cenário. Por isso, observamos como foi empático com o movimento regionalista e com os estudos folclóricos, destacando em sua obra, a elaboração de uma identidade paraibana.

Nosso último capítulo propôs analisar a principal obra vidaliana *Lendas e Superstições* (1949), construtora de uma identidade local, segundo as espacialidades litoral, brejo e sertão. Trata-se de uma coletânea de narrativas culturais, sendo mitos e lendas diversas vinculadas aos seus espaços de elaboração. Desta forma, permitiu uma elaboração identitária cultural para a Paraíba. Para analisarmos essa produção, sentimos a necessidade de compreendermos uma série de conceitos associados à produção folclórica, como cultura popular, identidade e espaço.

Sendo assim, elencamos Ademar Vidal como um dos construtores de uma paraibanidade, marcada por um discurso folclórico. Sua produção é carregada por elementos de dimensões sociais e culturais, principalmente, a partir de sua atuação no MFB. Embora, tenha se dedicado a múltiplas atuações, visto os cargos que exerceu no Estado e ter se afastado da Paraíba em 1944, evidenciamos sua dedicação e se, construir enquanto representante de sua terra natal.

Em decorrência dos trajetos percorridos e atuações, Vidal elaborou uma Paraíba marcada por espacialidades e singularidades culturais que interligava a um sentimento de pertença, no caso amplos sentimentos de pertença, primeiro o de ser paraibano, em seguida o nordestino e por último o brasileiro. Estava delineada como meta do estudioso da cultura encontrar a identidade nacional a partir da cultura popular, foi este o caminho trilhado por Vidal.

Diante da sua vinculação com projetos intelectuais, identificamos uma Paraíba vidaliana composta pela junção das espacialidades litoral, brejo e sertão, distintas por sua natureza, por suas vivências e práticas, resultando em distintas experiências culturais. Apesar, de suas especificidades, essas espacialidades se mantêm conectadas por características que os tornam sujeitos pertencentes a uma identidade paraibana.

Embarcar na obra vidaliana significa estudar discursos identitários, percursos intelectuais e construções espaciais. Abre-se um leque de possibilidades sobre o sujeito e sua obra, como suas interpretações sobre os hábitos sertanejos. Definitivamente, o sertão é um espaço de destaque em sua obra, até como contraponto do seu espaço de pertença, o litoral. Sendo necessária uma maior abordagem sobre as especificidades dessas espacialidades e suas elaborações no discurso vidaliano.

Esperamos que este trabalho provoque indagações sobre atuações de paraibanos no Movimento Folclórico Brasileiro e que incentive a abordagem de sujeitos “escanteados” na academia, que diálogos e discordâncias surjam. Que mais pessoas busquem conhecer os produtores de discursos privilegiados, que refletiam sobre a atuação do folclorista ao elaborar uma identidade e ao estabelecer espaços. Que novas abordagens e temáticas sejam desenvolvidas no intuito de discutir discursos naturalizados, capazes de categorizar espaços, sujeitos e vivências. Os espaços ocupados, praticados e elaborados por Vidal necessitam de mais produções historiográficas.

FONTES

1. Bibliográficas

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 1. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1942.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa, 1949.

FARIAS, Irineu Rangel de. **Inquérito entre os sertanejos**. Taperoá, dezembro de 1942. Pasta 22.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Ademar Vidal**: diversidade, erudição e “entusiasmo” nos seus inéditos. João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1999.

RAMOS, Adauto. **Ademar Vidal**: súmula bio-bibliográfica. João Pessoa, 1999.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. **Usos, costumes e encantamentos**: a cultura popular na obra de Ademar Vidal. Tese (Doutorado em Letras) - Área de concentração em Literatura Brasileira, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_nilzaI.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2016.

VIDAL, Ademar. Condições sociais do camponês na região nordestina. *In: Cultura Política*, Rio de Janeiro, ago. 1941. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

VIDAL, Ademar. **Inquérito de Ademar Vidal entre sertanejos**. João Pessoa, 1942 (arquivo Ademar Vidal, IHGP). Pasta 22.

VIDAL, Ademar. **Lendas e superstições**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1949.

VIDAL, Ademar. Práticas e costumes afro-brasileiros. **Inédito**, SEM DATA (arquivo Ademar Vidal, IHGP). Pasta 22.

VIDAL, Alice. **Ademar Vidal**: para não esquecer. [S.l.]: Personal, 2010.

2. Epístolas

OTAVIANO, Manoel. **[Carta]** Patos. Destinatário: Ademar Vidal. João Pessoa, 1942. 1 f. Resposta ao inquérito.

VIDAL, Ademar. **[Carta]** João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 29 dez. 1941. 2 f. Fundação da Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. **[Carta]** João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 08 abr. 1942. 1 f. Expectativas acerca da Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. [**Carta**] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 1942. 2 f. Notícias sobre a Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. [**Carta**] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 27 abr. 1943. 1 f. Caráter pessoal.

VIDAL, Ademar. [**Carta**] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 23 jan. 1943. 2 f. Visões vidalianas sobre o Folclore.

VIDAL, Ademar. [**Carta**] Rio de Janeiro. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 15 ago. 1977. 2 f. Rememorações.

3. Periódicos

CASCUDO, Luís da Câmara. Etnografia & Folclore. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 01 de março de 1942. HDBN.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950)**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no movimento folclórico brasileiro (1939-1963)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 107-143.
- CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. **O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Intelectuais, geração e sociabilidade. In: GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 33-43.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Instituto Histórico, nossa ong cultural**. In: Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: <http://www.ihgp.net/texto1.htm>. Acesso em: 21 maio. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. **O que é o IHGP?** João Pessoa. Disponível em: <http://www.ihgp.net/oqueeoihgp.htm>. Acesso em: 21 maio. 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Biografia de Ademar Vidal**. João Pessoa. Disponível em: <http://www.ihgp.net/memorial9.htm>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 423-484.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MARQUES, Maria Joedna Rodrigues. Lendas e superstições em “Brasil Açucareiro”: o folclore canavieiro e do engenho nos escritos de Ademar Vidal entre 1943 a 1944. [Anais] X Semana Nacional de História, 2018, Cajazeiras. Cajazeiras: UFCG, 2018. Disponível em: https://3caf8187-cafa-4b9a-97cf-fdb5af09389d.filesusr.com/ugd/4d02a6_6c8267df297344ee970bdb5c3826af8c.pdf. Acesso em: 07 nov. 2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Paraíba: “heroica desde os primórdios”. **Patrimônio e Memória**. v. 7, n. 1, p. 38-53, jun. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.

SALES NETO, Francisco Firmino; BARROS, Ewerton Wirley Silva; MARQUES, Maria Joedna Rodrigues. Folclore na província: um ensaio sobre o lugar do folclore no pensamento social do Rio Grande do Norte. **Estudos sobre o Rio Grande do Norte**. Natal: CJA Edições, 2017, 1. ed., p. 69-86.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. Rio de Janeiro: **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 11, n. 1, p. 130-147, 2009.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

_____. O local do testemunho. **Tempo e argumento: revista do Programa de Pós-graduação em História**, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p.3-20, jan./jun. 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás; Sá, Ana Cristina. **Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>. Acesso em: 01 set. 2019.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Ademar Vidal e Raul de Goes: personagens da história da Paraíba**. João Pessoa, 1996.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 145-179.

_____. Cultura e poder político: Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (Orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-80.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.